EBC - Empresa Brasil de Comunicação
SCRN 502, Bloco B, nº 80
70720-502 Brasília DF
Caixa Postal 08840
Fone: (61) 3799-5200

**24ª Reunião Ordinária do Conselho Curador**
**da Empresa Brasil de Comunicação – EBC**
(degravação)

Data – 07 de dezembro de 2010
Local – Belo Horizonte – MG

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Senhoras e senhores, bom dia.

Vamos dar início à nossa 24ª Reunião. Neste ano fizemos onze reuniões, foi um ano muito intenso, de muito trabalho, nos debruçamos sobre vários temas relacionados à nossa atuação junto à EBC, como Conselho Curador.

Hoje temos uma pauta que foi definida na última reunião.

Gostaria, primeiro, de saber se essa pauta está aprovada.

Abertura e aprovação da ata da 23ª Reunião; apresentação da Ouvidoria; discussão dos programas religiosos; e a discussão final sobre a Rede Nacional de Televisão Pública; e outros assuntos que surgirem durante a reunião.

Temos as justificativas de ausências dos Conselheiros Cláudio Lembo, Lúcia Braga, Takashi Tome, José Paulo Cavalcanti e o Ministro Sérgio Rezende.

Temos que aprovar a ata da 23ª Reunião, que foi encaminhada a todos vocês. Se alguém ainda não leu, que o façam rapidamente para que possamos começar a recolher as assinaturas.

Gostaria de agradecer à Professora Heloisa, por ter possibilitado, feito toda essa infraestrutura, ontem tivemos um jantar muito agradável com ela; hoje à tarde temos a nossa audiência pública, e está tudo certo para a audiência, já temos 15 pessoas inscritas, esperamos que essa audiência seja um sucesso como foi a do Rio de Janeiro. Obrigado, Professora Heloisa, pelo seu apoio à nossa 24ª reunião.

Antes de darmos seguimento à pauta, gostaria de passar a palavra ao Conselheiro Lourival Macedo. Ele recebeu a minha comunicação, sobre a decisão do Conselho, do que discutimos na última reunião e nos solicitou a palavra, e nós mesmos gostaríamos de ouvi-lo. Por favor, Conselheiro Lourival, o senhor tem a palavra para sua manifestação.

**CONSELHEIRO LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO** – Obrigado, presidente. Bom dia a todos. Eu recebi a carta, que me foi endereçada pela Presidente Ima. Devo justificar-me sobre o conteúdo daquela carta. Ela é fruto de reuniões nossas, lá na EBC, com os colegas e técnicos, em que analisamos essas e outras propostas, outros acontecimentos na empresa. Estávamos analisando sob a ótica do neoliberalismo que estava implantado nos governos anteriores, em que a privatização e terceirização dos serviços acabavam, às vezes, até em tragédia, ou em escândalos. Vimos o caso da Caixa Econômica, que terceirizou serviço para uma empresa americana, a Getec, em que culminou naqueles escândalos das loterias da Caixa, e mais violação de contas de correntistas, e numa área estratégica para a Caixa Econômica e para o país também.

Esse projeto das TVs e rádios públicos, da EBC, também é uma área estratégica, que caindo nas mãos de terceiros, nem sempre é realizado no objetivo de resolver o problema [que as empresas não dão conta de resolver], e com isso causa mais problemas ainda.

Nós analisamos o caso, em Brasília, da terceirização dos serviços hospitalares, onde a empresa que ganhou a concorrência, recebeu no ano passado, dezesseis milhões de reais e não presta serviços [está na Justiça], não atende o tempo todo, a Emergência não funciona 24 Horas. Essa empresa recebeu dezesseis milhões de reais, quando todos os outros hospitais [e foi denúncia feita pelo Ministério Público, e pelo Conselho Nacional de Saúde] da Rede Pública receberam investimentos de treze milhões menos de quatorze milhões.

Nossa preocupação é que isso acontecesse também na EBC, numa área que é estratégica, nas comunicações públicas. Podemos muito bem criar um corpo de funcionários para administrar isso, depois de montado. Então, nossa preocupação é que não viesse a acontecer nesse sistema o que aconteceu na Caixa Econômica, Petrobrás, ou mesmo lá com relação à saúde no Distrito Federal.

Eu achei a punição desproporcional porque a nossa intenção era alertar [a presidente não se encaixa naquilo e nem os diretores, até porque nada daquilo aconteceu ainda], e isso serve como alerta para que haja uma abertura, uma transparência. Isso prova que toda essa discussão que houve, sobre esse projeto, implicou numa mudança de rumos, um rearranjo, e vai caminhar por um caminho satisfatório.

Não querendo fazer aqui um "cavalo de batalha" sobre isso, até mesmo porque as coisas tomaram outro rumo, mas nossa preocupação era de alertar, não era de agredir a presidente, nem nada. Eu confio que ela não é assim, não tem nada disso. Mas era no sentido de alertar. Olha, um alerta que pode acontecer isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Alguém gostaria de se pronunciar, tecer alguns comentários sobre a manifestação do Conselheiro Lourival?

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Conselheiro Lourival, fui eu, como diretora presidente, que trouxe o assunto ao Conselho. Eu acho que despropositada foi a sua manifestação; despropositada e fora do lugar. Então, eu fiz em defesa da honra, minha, e dos meus companheiros de Diretoria. E também para colocar as coisas nos seus devidos lugares. Há muita confusão. O fato, por exemplo, de existir um conselheiro que representa os funcionários da EBC, não dá a este conselheiro poder de agitação dentro da empresa. Talvez precisemos conversar isso com mais tranquilidade, comigo, na qualidade de gestora, e com o Conselho. A função do representante dos empregados não é sindical. Eu acho que cabe ao Conselho, inclusive, estabelecer isso. Talvez você não tenha os parâmetros da atuação, do que faz o representante dos empregados, num conselho cujas atribuições estão bem claras na lei. O fato de a empresa ser pública, por exemplo, não confere aos empregados uma cultura muito herdada da Radiobrás, de autogestão. Nós decidimos! Não, se fosse de autogestão não precisava o presidente do estado brasileiro, que é o presidente da república nomear um diretor presidente para a empresa. Eu tenho responsabilidades de gestora juntamente com a Diretoria. Mas ali há certa cultura de que nós é que decidimos os rumos da empresa, porque ela é pública. Não, o fato de a empresa ser pública, não subtrai as responsabilidades dos seus gestores. Uma coisa é ter uma gestão democrática onde se dialoga, e nunca houve tanto diálogo com os empregados da empresa quanto existe hoje. Agora, decidir sobre projetos estratégicos, como este, por exemplo, não é em assembleia que vamos decidir. As responsabilidades sobre ele são da diretoria executiva, e, no caso, deste projeto, estão acima da EBC, como já expliquei. Estão além de conselho, estão alem do conselho curador, e estão além da própria diretoria da EBC, porque é um projeto de estado e não da EBC.

Então, queria dizer a você que fui eu que trouxe o assunto. Fico satisfeito com suas considerações, que não foi sua intenção, mas essas reuniões lá são fora do lugar. A empresa não tem que fazer reuniões paralelas. Quando a empresa quiser dialogar, os empregados quiserem dialogar com a Diretoria, podem procurar a Diretoria, podem procurar o meu gabinete que nós dialogamos. Agora, essas assembleias paralelas, isso é fora do lugar, isso não existe, nenhuma estatal, nenhum órgão público se vê os empregados se reunindo para discutir os projetos que a diretoria toca. Isso é um contrassenso, você entende?

As políticas da empresa são tocadas pela Diretoria. Quer dialogar sobre elas? Procura a diretoria. Temos toda abertura. Era isso que queria dizer, quando quiser conversar sobre um projeto da empresa, temos toda disposição para

o diálogo. Agora, reuniões paralelas em foros não oficiais, essas não serão reconhecidas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mais alguém gostaria de se manifestar?

Ministro Franklin, por favor.

**CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS** (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – *[Início da intervenção fora do microfone - inaudível]* ...que fizesse a todos nós um pedido de desculpas. Não estou querendo me referir a sua opinião sobre como deve ser o operador digital, é legítimo que você tenha essa ou aquela opinião. Eu discordo da opinião, porque acho que é fundamental para a EBC e para o campo público, levar o seu sinal com qualidade o mais longe possível; se tem condições, porque se avançou e se criou a Telebrás, de fazer junto com a Telebrás, e se fará com a Telebrás, mas se não tiver, alguma coisa tem que se fazer para levar o sinal. Eu acho que as primeiras discussões que foram encaminhadas foram no objetivo de que nós não teríamos condições políticas de colocar dois bilhões e oitocentos, aprovar isso no Congresso Nacional. Não teríamos. Então, se tivermos condições de fazer com a Telebrás, como tudo indica que queremos, muito melhor. Mas se não tivéssemos teríamos que colocar torre e sinal no Brasil todo, e isso tem um custo, e politicamente era o que era possível fazer.

Mas eu respeito inteiramente a sua posição. É legítimo você discordar, há outros conselheiros aqui também que discordam disso. É legítimo.

Eu acho que o que está em jogo é o seguinte: foi afirmado, num documento, que circulou dentro da empresa, que a diretoria, ao ter aquela posição sobre essa questão do Operador Digital, ou era incompetente ou ladrão. Eu acho que, sinceramente, isso foge a qualquer padrão de relacionamento civilizado, entre pessoas que compartilham o mesmo fórum. O que é desproporcional não é o fato de ter sido votado um voto de censura. O que é desproporcional é chamar a diretoria de incompetente, ou ladrão, assim.

Sinceramente estava pensando que você vinha numa postura de, olha, eu passei do ponto, não foi bem o que eu queria, me expressei mal, realmente pesei a mão, e peço desculpas. Pronto, a gente entende, é assim mesmo. Não, o Conselho errou com uma punição desproporcional a uma afirmação sua que você sequer falou nela aqui.

Eu lhe pergunto: você acha que se a diretoria optasse por um operador digital, com uma parceria público-privada, você pode dizer ou é incompetente ou é ladrão? Sinceramente acho que não. Acho que não podemos nos tratar assim, acho que é ruim querer manter a pose aqui. Sinceramente,

Lourival, é só dizer errei, admite que errou e pronto. Você admite que errou, se tira o voto de censura.

Agora, como você falou, não, eu não errei, foi desproporcional o voto de censura. Sinceramente, eu discordo disso. Acho que precisamos criar um ambiente bom entre nós, e não criar um ambiente ruim. E, quando erramos, acho que devemos admitir que erramos.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Gostaria de endossar as palavras do Ministro Franklin.

**CONSELHEIRO LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO** – Ministro, com relação a isso, eu não chamei a Diretoria de ladrão ou incompetente. O que estávamos analisando era esse caso do neoliberalismo, que vai fazendo isso e acaba acontecendo o contrário do que se previu.

Peço, então, desculpas pela ofensa. Realmente, não foi a intenção, não era ofender, mas fazer um alerta. Mas, eu peço desculpas pelas palavras que usei, realmente deveriam ter sido mais brandas, deveriam ter sido conversadas, e acabou saindo dessa forma.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Talvez melhor contextualizadas, porque na forma como apareceu fica como se tomassem a decisão as pessoas eram incompetentes e ladras. Então, isso ficou realmente, e foi por isso que nós, como presidente, encaminhamos a você a manifestação do Conselho.

E na sua carta, você solicita uma reconsideração da medida adotada pelo Conselho, e aí eu acho que o Conselho, hoje, após o seu pedido de desculpas, mantém aquela carta, mas o perdoamos, digamos assim. O Conselho considera o seu pedido de desculpas aceito. Podemos considerar isso?

Então, vamos passar ao próximo ponto. Antes de começar com os quinze minutos da Ouvidoria, temos mais uma manifestação, que é da Câmara de Educação e Cultura. Temos nos debruçado sobre um tema importante, sobre a questão dos programas educativos e gostaria que a Professora Heloisa, nossa anfitriã, fizesse a apresentação, um relato do que a Câmara vem discutindo.

Peço que todos usem o microfone, não temos taquígrafo e está sendo gravado.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING** – Bom dia. Queria agradecer a presença de vocês. Eu me sinto muito feliz de estar recebendo o conselho em Minas Gerais.

É uma coisa simples. Fizemos algumas reuniões da Câmara párea fazer uma discussão sobre os programas educativos; fizemos um levantamento, Professor Daniel fez no Rio de Janeiro, eu fiz aqui em Minas Gerais, ouvimos a Ima

a respeito de como poderíamos pensar tanto uma avaliação do que está em curso na TV quanto as experiências que têm sido desenvolvidas dentro dos centros de pesquisa e dentro das universidades, com relação a esse tema. E nós consideramos que seria uma coisa importante, a partir do resultado que foi acumulado por essa avaliação e por essa prospecção, principalmente no caso do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que foi a minha tarefa e do Daniel, que gostaríamos de solicitar a criação de um grupo de trabalho. Em curso já estão tanto o da Câmara de Jornalismo Infanto-Juvenil, com estudos, por meio de convênios, com duas universidades; e nós gostaríamos de iniciar o ano que vem, se possível, com esse grupo de trabalho funcionando para que pudéssemos apresentar ao Conselho uma avaliação e uma proposta fundamentada, a partir desse material que levantamos e dessas discussões que já realizamos nos últimos encontros do Conselho.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Gostaria de saber se alguém quer se manifestar e se apoiamos a proposta de um grupo de trabalho. Temos consenso?

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO** – Bom dia a todos e a todas. Agradeço à Heloisa pela receptividade. Eu posso colaborar com o grupo no sentido de encaminhar alguns programas para que vocês possam analisar. Posso fazer isso no Nordeste, ver o que se tem de programas educativos nas emissoras educativas do Nordeste, conversar com as pessoas e encaminhar para o grupo de trabalho para colaborar. Então, eu me coloco à disposição, nesse sentido, para colaborar, e obviamente que aprovo a iniciativa, muito importante.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Conselheiro Lourival, quero declarar minha satisfação com o seu pedido de desculpas, até porque queria ter sido mais incisiva no início e acho que foi muito oportuno o tom mais assertivo do Ministro Franklin, porque não podíamos sair daqui com este ambiente, este atributo entre um funcionário da Empresa, com uma manifestação tão forte de desconfiança a seus dirigentes, sendo ele membro desse Conselho. Acho que ficou em bons termos.

Queria agradecer à Conselheira Heloisa, para o jantar de ontem, e desculpar porque ontem ainda trabalhamos na apresentação de hoje, para a audiência pública, cheguei do Rio, de uma viagem, e não deu para ter condições de estar aqui ontem. Mas voltaremos. Sabe, sou mineira. Aliás, estava nas brenhas de Minas Gerais, e voltar aqui ontem estava complicado.

Sobre o tema, queria propor uma reflexão ao Conselho, sobre o que são programas educativos. Quando lemos a Lei da EBC, que é cheia de princípios, sobre a comunicação pública, que deve fazer a TV pública, que devem fazer os canais públicos, não apenas a televisão pública, gosto sempre de dizer que a EBC é

gestora do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, que está previsto no art. 223 da nossa Constituição. Entendendo que a nossa função não é só fazer a TV pública, embora ela seja o projeto preponderante hoje, porque com limitações ou não já tínhamos uma comunicação, em web, através da Agência Brasil, e oito emissoras de rádio etc. A televisão pública é um projeto efetivamente novo, e ausente do sistema. Quando a gente lê a lei que define os conteúdos dos canais públicos deste sistema, sistema que gosto de comparar ao sistema público francês, ao sistema público de outros países, que não têm apenas televisão pública, mas tem um sistema de comunicação pública.

Quando lemos a Lei da EBC, e a definição de princípios, do que deve ser propiciado, que tipo de programação, lá se fala em cinco atributos da natureza dos conteúdos: informativos, culturais, artísticos, científicos, e formadores da cidadania. Por que lá não aparece a palavra educativo? Porque quando foi redigida a lei, tanto no Executivo, que foi lá no GT que era coordenado pelo Ministro Franklin, como depois no próprio Congresso, que fez mudanças e introduziu algumas outras questões na lei, os legisladores, tanto os originais como os que deliberaram no Parlamento, levavam em conta que os conteúdos educativos, no sentido lato da palavra, esses serão fornecidos pelo Canal da Educação, que já estava no Decreto 5.820, que é anterior à Lei da EBC. Ou seja, o Decreto 5820 fala no Canal da Educação, que hoje é a TV Escola, e tem a tarefa precípua de oferecer aos cidadãos brasileiros, conteúdos educativos no sentido estrito da palavra. Agora, claro que isso não impede que a televisão pública tenha programas educativos no sentido mais geral da palavra, educar para a cidadania, educar para o meio ambiente, educar para a vida em sociedade, educar para os direitos humanos.

Só queria deixar essa distinção porque de vez em quando alguém propõe programas pedagógicos. Por exemplo, eu acho que já é tempo de a televisão pública deixar de exibir os telecursos. Por quê? Isso não tem mais sentido. Eu gostaria de colocar lá um curso de espanhol. Acho que isso é uma forma de conteúdo educativo mais condizente com o nosso tempo, Mercosul, integração, importância da língua espanhola no mundo, fornecer uma segunda língua. Até estamos discutindo esse tema, como obter um curso da Telesur ou do Instituto Cervantes. Acho que isso substituiria bem. 99% dos brasileiros tendo acesso à escola pública fundamental, não tem sentido o telecurso. Da mesma forma, programas dessa natureza.

Queria fazer essa distinção para a câmara considerar, do que estamos falando aqui no conselho quando falamos de conteúdos educativos. Tenho porque somos, através da CERP, nossa parceira no Rio, digamos os produtores de conteúdo para o MEC, com contrato. O MEC nos contrata, à CERP, para produzir os seus conteúdos. O MEC é empenhadíssimo em produzir bons conteúdos

educativos, no sentido propriamente educativo. E também o MEC produz conteúdos educativos de forma mais generalista. Tudo isso está na TV Escola, no satélite banda C, onde até compartilhamos um *transponder.* A TV Escola e a TB Brasil dormem juntas, como eu gosto de brincar, num *transponder* lá no alto.

Agora, há uma complementaridade, porem uma diferença nessas programas. E eu queria que a gente pensasse sobre isso.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING** – Eu acho, Tereza, que você estava em nossa reunião, porque todas as nossas reuniões foram motivadas pela questão dos telecursos, de que era preciso retirar os telecursos, e a partir daí como lidar com uma temática importante, que fizesse uma postura nos grandes temas, sobretudo da cidadania, do meio ambiente e da cultura, que nos permitisse opções para o que chamamos de uma postura que tornasse esses programas dentro de uma grade, e não ficasse um buraco dos telecursos, mas trouxesse essa discussão cá para dentro. Então, é nesse sentido. Essa discussão foi feita na Câmara, e não teve, por parte da Câmara, nenhuma intenção de trabalhar programas pedagógicos, mas de pensar como fazer uma reflexão e produzir, e aquilo que está sendo produzido nas universidades, em termos de multimídia, em termos de interatividade, que nos possibilitasse trazer esse conhecimento para cá, e fornecer uma densidade para uma proposta que viesse a substituir a opção dos telecursos.

Então, é nesse lugar que está a discussão. Chegamos a desenvolver isso mais, mas aí eu acho que não seria prudente, nem aconselhável trazer para cá nesse estágio, porque seria bom que fosse, mesmo, agora verticalizado para um grupo de trabalho que pudesse fazer essa proposta. Mas é no espírito daquilo que Tereza propõe. Acho que ela estava em nossa reunião.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Eu gosto da ideia do grupo de trabalho, considerando a importância dessa discussão. Essa discussão tem a ver com o sucesso ou não da TV pública. Acho que se formos bem sucedidos na interpretação do caráter educativo dessa televisão, temos metade da questão resolvida, pelo menos compreendida. Agora, eu acompanho bastante o raciocínio expresso por nossa Diretora Executiva Tereza Cruvinel. Primeiro, educativo não quer dizer que é uma ampliação da sala de aula, porque na sala de aula os meninos estão ali obrigados, até a universidade. Eles não têm um dial para mudar, se pudesse mudaríamos muito rapidamente. A televisão, não, tem que ter um chamego, uma atratividade com o público, senão ele muda de canal rapidamente. Sendo TV aberta, acho que devemos optar claramente por abandonar esse caráter de supletivo em relação à educação formal. Acho que quando a TV for digital, que tiver a possibilidade de multiprogramação, pode ser que seja justo ter um canal permanente de apoio à escola. Aí, sim, e absolutamente submetido à grade curricular e ter um papel de complementar,

suplementar, fortalecer, superar as deficiências. Mas com o conceito de TV aberta, é inócuo, porque ninguém vai ficar assistindo, a não ser meia dúzia de dois ou três. Então, eu acho que deveríamos evitar essa lógica, que foi uma lógica que marcou muito o início da TV pública brasileira, era uma confusão a respeito do que é educativo, o que é pedagógico, uma relação desse caráter educativo de uma TV aberta em relação à sala de aula. E a eficiência é, diria, no mínimo duvidosa, dessa iniciativa.

Agora, a partir disso, acho que tem uma bela discussão para se constituir. Eu vou levantar algumas questões aqui, não conclusivamente, mas pelo contrário, no sentido de reforçar a ideia. O território do educativo é enorme, em termos de conteúdos, como disse Tereza aqui, e eu compartilho inteiramente com ela. Mesmo até de assuntos que são tratados na sala de aula, mas que poderão ser tratados não como um complemento da sala de aula, mas como uma formação da cidadania em geral. Eu assisto, às vezes, canais por aí, e na Europa assistia muito, porque esse formato é muito comum lá, sobre economia, sobre cultura, sobre astronomia, biologia, ou seja, assuntos que muitas vezes possibilitam que as pessoas que não estão integradas a sistemas de formação escolar, tenham informações atualizadas sobre questões vitais do mundo, e a partir do interesse eles permanecem ou não no canal. Então, tanto pode ser assunto que naturalmente é tratado na sala de aula, como um conjunto de outros assuntos, como por exemplo, complementar a formação da cidadania, sabendo que no Brasil ela é débil. Quer ver um assunto que acho de alta relevância e que tem a ver com o momento que o Brasil está vivendo? Cidadania. Ninguém sabe direito o que é, e todo mundo usa, mas pouca gente sabe de fato o que é cidadania, a relação que tem com questões vitais, como república, por exemplo. É um país que não complementou a formação da república, e as pessoas não sabem essa relação, os direitos, deveres, é tudo excessivamente confuso. Não sabe nem como funciona o estado, qual é a divisão do estado. Esse é o termo, em geral, empregado para designar o estado, sem saber qual é a função da prefeitura, do governo do estado, do governo federal.

Tem questões educativas, vamos dizer assim, em todas as áreas, saúde, alimentação. Por exemplo, a classe média tem um nível de informação muito mais alto que na área de alimentação, acompanham até as últimas modas alimentares, e a maioria dos brasileiros não tem informação nenhuma sobre o sistema que rege, os padrões saudáveis de alimentação. São assuntos que poderiam ajudar a sociedade a amadurecer, aprofundar. E é possível tratá-los com interesse, de forma interessante, sedutora, de forma que voluntariamente parcelas significativas do público se interessem.

Aí entra a segunda camada de questões, que é a questão da forma. O Brasil não tem isso muito desenvolvido. Essa pesquisa vai indicar mais a carência que a capacidade que atingimos de criar formatos satisfatórios, tanto do

ponto de vista de transmissão desses conteúdos quanto da capacidade de atrair o público. O cinema brasileiro tem uma tradição de cinema autoral, que é bom por um lado, mas por outro lado é excessivamente autoral, e às vezes peca pela dificuldade de apresentar conteúdos sistematicamente. Acho que precisamos criar. Outro dia soube de uma coisa, que só tem a ver indiretamente, mas tem a ver: o Brasil quase não tem produção de novos formatos para a televisão. A Argentina está bombando, parte importante da economia televisiva da argentina.

Então, a questão da forma, de como trabalhar essa dimensão da TV pública, é importantíssima, porque não temos tradição. É uma dimensão da fragilidade da TV pública.

E para finalizar, queria chamar atenção para uma questão. Eu vejo esse renascimento, esse fortalecimento da TV pública no Brasil muito associado ao momento que estamos vivendo, que é um momento importante da sociedade brasileira, que foi a integração do desenvolvimento com o tema da inclusão de milhões de brasileiros. Não é mais uma visão de caridade, de bondade, mas é o desenvolvimento brasileiro passou a estar ancorado na inclusão, enquanto produtores e consumidores de milhões de parcelas significativas, a tal ponto que já é comparável, por exemplo, com o que já foi incluído nesses últimos oito anos, com a população da França. Nós formamos uma nova classe média, as pessoas estão aí circulando, consumindo, viajando de avião etc., e tal, mas evidentemente eles não voltarão para a escola, a grande maioria, seus filhos, sim. Então, seus filhos estarão diretamente ligados à elevação de um padrão intelectual e cultural à escola que está se tentando fortalecer, a escola pública, em geral tentando fortalecer. Mas o resto terá que ter canais, no caso um trocadilho para falar, de que a televisão é um desses canais de possibilidade de disponibilizar uma formação que não tiver na escola formal, quando frequentaram. Acho essencial ter essa noção.

Por exemplo, as primeiras pesquisas sobre essa nova classe média são muito interessantes, porque eles estão receptivos a essa dimensão, estão buscando. A maior pesquisa feita com essa nova classe média, a coisa mais significativa, mais importante é que eles disseram que não se sentem classe média, porque não têm acesso a laser de qualidade, ou seja, eles percebem que estão entrando nos ambientes, mas são estrangeiros nos ambientes porque não foram preparados para vivenciar. Então, é quase que a libertação da TV aberta, que é o único bem cultural disponibilizado de forma universalizada no Brasil. A leitura não é, o teatro não é, a dança não é, o cinema não é. E a televisão pode entrar aí como um grande canal para consolidar essa inclusão social que começa a ganhar contorno no Brasil.

Acho que essa discussão, com essa abordagem, pode nos dar grandes campos na área do que estamos chamando desse caráter educativo dessa TV pública.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Conselheiros, só uma informação rápida: a audiência da TV Brasil cresce em direção à classe C. As pesquisas mostram que onde temos ganhado audiência é na classe C.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – É o mesmo ambiente onde o cinema brasileiro tem maior audiência. Para verem como tem a ver. A "bola está quicando" em nossa frente, para que a gente define conteúdos voltados para essa área da sociedade.

**O SR. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)** – Bom dia a todos. Queria lembrar uma fala do secretário, e quero só reforçá-la. No passado ele se colocou à disposição, e me colocou à disposição da Câmara, do agora grupo de trabalho, para falar de educação. Vou levar a ele o que o Ministério da Educação pode propor como apoio a esse grupo de trabalho. Eu faço o leva-e-traz não pejorativo com o Ministério da Educação. Queria lembrar que a contribuição do ministério, com quinze anos de TV Escola, que faz o ano que vem, na produção tanto de estrito senso, esse mais pedagógico da educação, quanto de educação lato senso, de programas que não visam diretamente refazer a sala de aula, a educação formal, a TV Escola tem alguma experiência tanto em um como no outro, e traz isso para o grupo para podermos discutir. Nós temos diálogo com a EBS, da Coréia, com o Canadá, a Suécia, que tem uma dupla, SVT, que é a TV pública, e a UR, que é o canal mais voltado para a educação formal e as escolas. Acho que essa experiência pode agregar na discussão do grupo. Na mesma linha em que foi colocado aqui, da diferenciação entre o que é educativo, da Secretaria da Educação à distância, do trato direto com o professor, com o que é educativo, produzido para participar de uma grade de TV pública, que tem amplitude maior. Eu destaco o papel da *Open University*, que é uma instituição de educação à distância, e tem linhas editoriais, e fundos junto à BBC, e trabalha em conjunto com a BBC na linha editorial, com dinheiro, na linha editorial, para colocar na grade dos canais da BBC, programas educativos com essa visão. A TV Brasil já até passou alguns programas desse tipo de produção, como é o caso do Ciência Nua e Crua, que teve uma temporada que foi transmitida pela TV Brasil. A TV Escola passa esse programa, Ciência Nua e Crua, desde a sua primeira temporada. Essa é a sétima. Que pena é a última. Era isso.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Em primeiro lugar gostaria de dar bom dia a todos; agradecer imensamente a receptividade que tivemos aqui em Minas Gerais, principalmente por parte da Conselheira Starling; e saudar os demais colegas nessa última reunião. Última e pacificadora, parece-me, do ano. Estamos em Minas, terra da conciliação.

Gostaria, também, como membro do conselho, saudar a presença dos ministros de estado aqui presentes, e esperando sinceramente, da minha parte,

pessoalmente, que eles continuem conosco no ano de 2011, participando, porque a participação de ambos, principalmente do Ministro Franklin e do Ministro Juca foi decisiva no sentido de manter aqui um equilíbrio e bom senso. Aprendi muito aqui, e acho que a presença dele seria muito importante para a efetividade dos nossos trabalhos.

Quanto ao trabalho objetivo da Câmara de Cultura, Educação e Meio Ambiente, concordo inteiramente com as palavras da Presidente Tereza, que esse ensino tradicional, escolar, via televisão, está superado e devemos buscar novas formulas. Não vou me estender, porque o Ministro Juca já esclareceu da importância. E acho que o grupo de trabalho a ser criado, pela própria, que saia de dentro da própria comissão, que já está mergulhado nela, seja bastante criativo. Dou como exemplo até a nossa TV Escola do Ministério da Educação, que faz um trabalho educativo realmente importante. Tenho acompanhado e não poderia deixar de dizer, aquele programa sobre os Césares, por exemplo, que é uma verdadeira aula de História, Geografia, para todas as idades. Esse tipo de criatividade é que poderá enriquecer o nosso trabalho junto às massas da população, que são afinal de contas o nosso objetivo final, atingir o maior número possível de pessoas.

Então, é o que tinha a dizer, parabenizando o trabalho da Câmara, que tomou essa posição, concordando com as palavras da nossa Presidente Tereza. E desejando sempre que continuemos aqui aprofundando não só o trabalho cultural, mas especialmente, está aqui ao meu lado a Diretora de Jornalismo, o nosso trabalho jornalístico. Muito obrigado.

**CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS** (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Eu não me preparei muito para essa discussão, porque entrei um pouco assim... Mas a discussão estava interessante. Eu acho que, primeiro, é evidente que os programas educativos naquele sentido de reprodução de uma sala de aula, etc. e tal, do ponto de vista de uma televisão aberta, não fazem muito sentido. Mas acho que não devíamos subestimar eles, ainda atingem uma população importante, que precisa disso dentro de sua progressão educacional. Só não acho que seja na TV aberta que isso deva ser feito. Eu acho, inclusive, que se devia fazer uma combinação. Por exemplo, em princípio, acho que não devemos ter programas de sala de aula. Mas a TV Brasil deve ter isso na internet, num trabalho conjunto com o Ministério da Educação, e deve chamar na sua rede aberta. Por exemplo, se você quer ter aula disso, daquilo, etc.. Acho que tem que fazer uma combinação entre o que é a TV aberta, que vai pelo espectro, e aquilo que é a TV fechada e internet. Acho que tem experiência sobre isso. Antigamente, a TV era só numa direção, e hoje em dia o MEC tem experiência disso, educação à distância, que não é uma coisa que o professor fala e todo mundo em casa ouve, não, tem mecanismos de ir

e voltar, e ainda mais com a internet. Então, acho que uma coisa que o grupo de trabalho poderia fazer era ver como podemos usar a TV aberta, não para dar esse tipo de complementação, de progressão educacional, mas como chamar para um instrumento mais adequado que permita fazer isso.

Em segundo lugar, acho que o grupo poderia tentar fazer uma ponte mais firme entre o MEC e a Ciência e Tecnologia, e a TV Brasil. Acho que estamos devendo nessa área. Eu acho que se podia acertar programas, que o MEC e a Ciência e a Tecnologia vão financiar, e que vai servir para eles. Quer dizer, isso ajuda a engordar o orçamento da EBC, que tem limitações, chega até certo ponto e não pode ir muito além, para poder fazer programas de ciência, de biologia, de astronomia, programas inteligentes. E pesquisar isso que o Juca falou, formato. Eu acho que isso é extremamente importante. Se tivéssemos pudéssemos dar ao grupo condições de pesquisa o que está se fazendo de programa educativo/cultural, mas programas de aumento da cultura, no mundo. Tem coisas certamente extraordinárias. Sempre digo o seguinte. Quando morava na Inglaterra, e isso faz quase vinte anos, tinha um programa que eu achava extraordinário, meus filhos viam e babavam na frente da televisão e que era um programa de perguntas e respostas. Mas era um programa de perguntas e respostas que se chamava *Amazing Castel*, o castelo surpreendente, algo assim. Os garotos entravam e aí tinha uma pergunta. Se responde certo, caia uma ponte levadiça e ele passava. Se ele respondesse errado, era tragado para o chão. E era um programa assim, hoje vai ser História, hoje vai ser Matemática, hoje vai ser isso. Então, estou citando isso como exemplo da enorme criatividade de programas educativos existentes no mundo, que as pessoas querem ver.

Queria terminar citando uma questão. Juca falou de uma pesquisa, e eu quero citar outra pesquisa que me impressionou muito, feita por um instituto chamado Data Popular, que é basicamente sobre hábitos e expectativas de consumos, de vida, etc., de classes C e D. A pesquisa é interessantíssima e está na internet. Ela é interessantíssima pelo seguinte. Os jovens da classe C, em geral, têm cultura superior a seus pais, e jogam um papel dinamizador dentro do núcleo familiar, e de modo geral ganham mais ou menos igual a seus pais, justamente porque tem uma formação superior. E com o PROUNI, aumento do número de vagas nas escolas federais, nas universidades federais, esse é um fenômeno que tende a se consolidar. Enquanto na classe A e B, o jovem, de um modo geral, tem cultura inferior a seus pais, e ganham menos do que os seus pais evidentemente. Mas quando se pega em termos de massa, qual é o fenômeno que estamos assistindo no Brasil, com o crescimento das classes C e D? Os jovens com cultura superior aos pais jogando um papel dinamizador do ponto de vista cultural dentro do núcleo familiar, e uma expectativa de pais, mães, filhos mais velhos etc. e tal, de responder de alguma forma àquele estímulo que vem de baixo. Eu acho que é

uma coisa a se estudar nesse grupo; talvez pegar esse pessoal do Instituto Popular, que fez um trabalho muito legal, e tentar ver.

Por exemplo, queria lembrar a vocês um fenômeno, conversei essa semana com a Tereza sobre isso. Os Estados Unidos teve um fenômeno de televisão, no final da década de setenta, os mais velhos, como eu, devem se lembrar, que foi uma minissérie chamada Raízes. Esse programa foi uma minissérie de oito episódios. O último programa de Raízes foi assistido por cem milhões de pessoas nos Estados Unidos. Até hoje é o recorde de televisão no mundo, tirando competições esportivas, e tal, mas em termos de novelas, minisséries. Por que teve esse impacto? Era bem feito e tudo o mais, mas isso correspondia a um amadurecimento, um processo de crescimento da população negra dentro dos Estados Unidos, conquista dos direitos civis que tinha acontecido dez anos antes. Aquilo ali criou uma cultura, foi consolidando, havia uma expectativa. Acho que foi a CBS, não tenho certeza, percebeu isso e fez, e teve esse impacto extraordinário.

Acho que vamos viver no Brasil, nos próximos cinco a dez anos, um fenômeno semelhante, não apenas do ponto de vista étnico, mas também do ponto de vista do ingresso maciço de pessoas que antes estavam afastadas do mundo da cultura. Acho que esse é um desafio para a TV Brasil, e de um modo geral para a comunicação pública, entender como ela vai encaixar essa demanda. Como jornalista, eu aprendi uma coisa. Os jornais, os órgãos de comunicação crescem e se fortalecem quando eles conseguem se conectar com movimentos profundos da sociedade. A Revista Times cresceu quando conseguiu se conectar com o pessoal que entrou para a universidade, na época do *New Deal,* e a partir daí ela veio. Se pegarmos a Folha de São Paulo, onde é que ela ganhou? Foi quando se conectou com o movimento da redemocratização do país e se tornou uma bandeira. Sempre os jornais, os órgãos são quando eles expressam coisas profundas da sociedade e se conectam com isso. Acho que estamos com um movimento profundíssimo na sociedade, concordo com o Juca, algo de uma envergadura monumental, que tem impacto no mundo da cultura, da educação, que tem impacto no mundo do entretenimento, espetacular. Eu já falo isso há cinco anos. E acho que isso é um assunto que esse grupo podia subsidiar ao conselho e à diretoria executiva, para a gente abrir os olhos, porque temos um desafio enorme nessa área.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Muito obrigado.

Vamos finalizar com a palavra do Ministro Juca, e passar para o próximo.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Eu falei do caráter excessivamente, até uso essa palavra meio provocativamente, autoral do cinema brasileiro. Mas está havendo um movimento

da busca de público e ao buscar o público está se buscando questões que são vivenciadas pela sociedade e que existe espaço para ser retratado no caso do cinema, mas tem paralelismo. O Tropa de Elite é nitidamente o sucesso, além do caráter da qualidade, que não vou insistir, disse na primeira intervenção. Mas tudo isso, se não tiver qualidade formal, principalmente na televisão, que quando se entra numa sala de cinema entra voluntariamente, dificilmente sai antes do final, mas na televisão, depois que inventaram aquele aparelhinho de passear, o controle remoto, se não segurar a atenção, dançou. Mas queria, além do Tropa de Elite, chamar atenção, por exemplo do sucesso dos filmes espíritas no Brasil. Está virando um gênero. Por quê? Porque faz parte da cultura brasileira. Estou até adiantando a próxima discussão. Todo mundo tem um pezinho no pensamento mágico no Brasil. Você está doente, leva ao médico, o médico começa a ratear, correm para a Mãe de Santo, para o Pai de Santo, para saber se tem algum problema. O filho é preso na época do Regime Militar, dificuldade dos advogados resolverem, corriam à Mãe de Santo; a quantidade de vela na véspera do final do campeonato brasileiro nas igrejas, os torcedores do Fluminense... Se é viável ou não esse apelo às forças lá de cima, é outra coisa, mas de qualquer jeito se apela muito. Não é só os baianos, os torcedores do Fluminense engarrafaram a porta do túnel colocando vela para a santa. Então, isso é normal, é padrão. E só agora o cinema brasileiro está descobrindo que esse é um supertema, e pelo contrário, vinham tratando essa dimensão espírita, pelo canal americano que é um canal bobo, aqueles filmes menos complexos. Aqui a cultura é mais densa, pela formação brasileira. Então, tem territórios enormes, na área da cidadania, bases culturais, na área de formar a sociedade para uma vivência associada à democracia, à sustentabilidade, à justiça social. Esses três grandes territórios. Talvez a TV pública vá cumprir o papel que a TV privada teve na metade do século passado, como impulsionadora da urbanização e do consumo e da sociedade que emergiu a partir da década de sessenta. Agora a TV de entretenimento não tem fôlego para preparar a sociedade brasileira para esse passo que está dando, e acho que a TV pública talvez pudesse gerar uma grandeza que ainda não teve, mas que pode vir a ter.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Agora temos os quinze minutos com o Ouvidor. Por favor.

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Bom dia. Vou ser breve, porque sei que a agenda está apertada. Mas não posso deixar de agradecer à Heloisa, pelo convite, e infelizmente cheguei tarde. Eu sei o que perdi, porque sei o que é a hospitalidade mineira. Muito obrigado.

Vou destacar alguns pontos, rapidamente, porque o relatório foi entregue para todos os conselheiros. Em relação à rádio. Na reunião passada levantamos a questão da cobertura da morte do ex-presidente da Argentina, e

agregamos outra questão em relação à rádio, que foi levantada pelo ouvinte, e que é a interrupção da programação para edições especiais, para extras, quando há um acontecimento, como fazem as emissoras comerciais. Nós encaminhamos isso à Superintendência de Rádio, ao Coordenador de Rádio e Jornalismo, fizemos até um programa sobre isso. Acho que essas observações do ouvinte talvez tenham levado, pelos informes que recebi, a algumas reorientações a esse tipo de trabalho.

Com relação à televisão, alguns pontos que queria destacar. O primeiro deles...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Queria que você explicasse melhor, para não ter que voltar depois. Qual é a questão das interrupções, é no rádio?

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – As emissoras comerciais, geralmente as rádios de notícias 24 horas, e outras mesmo, quando há um acontecimento, a menção que aparece ao ouvinte era em relação à cassação do Arruda, alguma coisa do passado, que houve uma interrupção. Mas houve outro fato mais recente, que agora não me lembro e a Rádio Nacional não... Na verdade a discussão foi um pouco mais ampla, quer dizer, quais critérios deveriam ser adotados para se interromper ou não uma programação para se fazer uma cobertura extraordinária. Essa é a questão.

Com relação à televisão, queria ressaltar que recebemos, há algum tempo, uma demanda de uma telespectadora de Petrópolis, que apontada o uso indevido do nome TV Brasil, por uma emissora local, inclusive fazendo propaganda política eleitoral. Nós encaminhamos para o Departamento Jurídico, que tomou as devidas providências, e ainda extrajudicialmente a questão foi resolvida, não? Aqui há a resposta da emissora dizendo que passa o nome de TV Brasil para TV Serrana, em Petrópolis.

Outra questão que ainda é persistente, com relação à TV, é o relacionamento com a Net. Eu fiz questão de colocar no relatório o e-mail que uma telespectadora recebeu da Net, portanto, oficialmente dizendo que não transmite a TV Brasil, que não vai transmitir, porque a TV Brasil "não está incluída em nossas grades de programação".

Primeiro, a demanda da Rachel, da telespectadora: vocês informam que têm TV Brasil em BH, Canal Digital 3. Leiam a resposta da Net: recebi seu e-mail e informo que foi verificado no sistema que realmente o Canal TV Brasil, no qual a senhora fez o questionamento, não está incluído em nossa grade de canais comercializados.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – É a Net de onde?

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Belo Horizonte.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Nós vamos falar sobre o que vocês fazem com as coisas da Ouvidoria, que está havendo um problema. Por enquanto eu estou fazendo perguntas para esclarecer as respostas, depois a gente trata de como encaminhar as demandas. Essa Net é de onde?

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Belo Horizonte.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Quem assina?

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Uma funcionária chamada Camila.

Então, é isso. Esse é um exemplo, pois recebemos várias manifestações com relação à Net.

Aí há outra questão. Depois que a chefia de gabinete da Presidência delegou a algumas pessoas as respostas setorizadas, as respostas têm sido dadas com bastante frequência. Praticamente não há grandes pendências, em relação às demandas encaminhadas pela Ouvidoria para os diretores. A única área que persiste, e não é que só persiste, mas que se agrava, é a Diretoria de Operações e Suporte. E ao lado, eu já falei isso na reunião passada, e volto a afirmar, há o lado positivo, se perceberem como as demandas vão aumentando a medida que a televisão vai ficando mais conhecida e a programação vai se tornando mais consistente e atraente. Então, aí as demandas aumentam, porque as pessoas se sentem incomodadas em não conseguirem ver aquela programação que elas querem, por problemas de ordem técnica.

Então, eu fiz questão de colocar no relatório os processos pendentes, desde agosto de 2008 até agora, e os senhores verão como vão crescendo as reclamações. E nós ficamos numa situação muito difícil com o público, porque não temos o que informar a eles. Todas essas demandas são demandas muito específicas, dizendo, olha, é chuvisco, é antena. Enfim, elas podem ser consultadas na Ouvidoria.

Uma última questão, ainda desse relatório, e aí queria, como menciona a presidente, fiz questão de colocar aqui, do Márcio Almeida, dizendo que ficou muito satisfeito ouvir Tereza Cruvinel questionando e abordando assuntos que não são veiculados pela mídia, principalmente, a televisiva; suas afirmações foram bem colocadas. O programa a que me refiro é o Três a Um, do dia 6 de outubro. No mesmo e-mail ele faz esse elogio, mas também critica o Sem Censura, por levar muitos artistas da Globo.

E há dois e-mails que queria acrescentar, não estão no relatório, porque chegaram no dia 1º de dezembro, mas são dois e-mails cumprimentando a TV Brasil pelo fato de agora chegar a Curitiba. E vou ler, para finalizar, porque

acho que esses depoimentos pessoais são bastante significativos: sou uma telespectadora do Canal 14, em Curitiba, que vem assistindo programação da TV Brasil; sou moradora do Bairro de Santa Felicidade, e tenho um irmão de sete anos, não somos assinantes de TV a Cabo. Agora podemos acompanhar a programação da TV Brasil em Curitiba, através do Canal 14. Recebo imagens com excelente qualidade. Parabéns pela iniciativa. Agora podemos contar com uma bela opção de programação. Queria saber se vocês, além da programação nacional, pretendem produzir algum conteúdo em minha cidade, pois não existe mais nada mesmo aqui. E depois tem outra, mais sucinta, dizendo que mora no Bairro Alto, em Curitiba, e cumprimenta, diz que está muito feliz por contar com esse novo canal na cidade.

É isso.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Você me dá um aparte? Só para esclarecer que esse Bairro Santa Felicidade, em Curitiba, é um bairro bastante afastado do centro da cidade. Creio que por esse motivo, muitas vezes não teria acesso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Antes de passar, gostaria de perguntar, talvez à Tereza, como está indo a iniciativa do Programa do Ouvidor.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Acho que me cabe responder, porque ele é sujeito passivo. Não é? Ele é sujeito, digamos, inócuo, no sentido da responsabilidade; inocente.

Vamos começar por essa última questão. O mandato do Ouvidor encerrou-se há algum tempo, há uns dois meses, nós tivemos uma conversa sobre a decisão anterior, da Diretoria Executiva, de que quando houvesse a troca de Ouvidor, não teríamos mais o Ouvidor e apresentador de qualquer outro programa. Isso foi uma longa questão dentro da EBC, o fato de eu ter convidado para Ouvidoria, como me compete pelo Regimento, o nome da maior adequação ao cargo, da maior pertinência, do maior preparo para essa função de ouvidor, que é o Lalo, mas que já apresentava um programa na TV Brasil. Isso atrasou muito a implantação do Programa do Ouvidor, pelo entendimento de que haveria uma ambiguidade. O ouvidor é aquele que fiscaliza todos os programas, não no sentido de fiscalizar exatamente, mas está ouvindo a sociedade e cobrando dos programas as respostas para a sociedade, ele é o mediador entre a sociedade e todos os programas. E podendo, também, emitir juízo crítico sobre os programas, ao mesmo tempo sendo ele um apresentador. O Lalo entendia que o Ver TV é um programa da cidadania, diferente etc. Eu sei que depois de muitas querelas, para não ficar aqui reproduzindo argumentos de parte a parte, eu resolvi que arbitraria a questão da seguinte forma: está bem, o Lalo vai continuar acumulando as duas

funções até o fim do mandato dele. Findo o mandato dele, ele fará uma escolha, para continuar ouvidor eu terei o maior prazer em reconduzir o Lalo. Ele fez um trabalho excelente para implantação da Ouvidoria da EBC, acho que cumpriria perfeitamente o segundo mandato. Mas ele tem um programa que é antigo, que tem tradição, que tem audiência, prestígio, e tal. Agora, nesse período aí, há dois meses, ele fez uma opção por manter-se como apresentador do Ver TV, que é o único espaço de reflexão sobre televisão na televisão brasileira, metalinguisticamente falando. Eu pedi a ele que continuasse à frente da Ouvidoria, até encaminharmos a substituição.

Por outro lado, achei que deveria deixar essa substituição para o início do próximo ano. Até teve um nome cogitado, não deu certo e outro também. Não vou fazer agora. Agradeço muito ao Lalo que continua fazendo o trabalhando, acumulando. Temos, também, que tomar providências no sentido deque o Lalo faz isso, porque ele recebe um salário por dois serviços, e estamos ultimando um contrato para que ele possa fazer isso. Ele não podia receber pelos dois, a lei não permitiria duas remunerações. Agora temos que contratá-lo como apresentador, vagar o posto de Ouvidor, que está previsto na lei, que ele ocupa, para outra pessoa. Então, essa é uma informação para o conselho.

Por isso, também, achamos que o programa tem que ser feito com o novo ouvidor. Eu estou atrasada nisso, não havia mais tempo de estrear esse programa. Agora eu criei, digamos, consegui criar uma condição. É o tal de contratar equipe, que vocês sabem que contratar equipe na EBC é mais difícil que água no deserto. As razões do atraso foram essas.

Agora conseguimos colocar uma folga no contrato de gestão com a CERP, para poder contratar a equipe. Lalo pode testemunhar isso: eu cedi cargo da minha equipe para ele contratar um diretor de TV, ele chegou a contratar um profissional, cedi gente de outras diretorias, um da Diretoria de Produção, um da Diretoria de Jornalismo, que participariam com ele do programa, não deu certo, o profissional foi embora. Nós tivemos muitos contratempos.

Agora acho que tem um recurso financeiro que pode facilitar a contratação de uma equipe, via CERP, programa a ser feito. Dependerá de onde for o Ouvidor. Se for um ouvidor de São Paulo, vou contratar essa equipe lá em São Paulo, como é o Lalo. Senão vamos pagar passagem o tempo todo. Então, estamos encaminhando a substituição do Lalo, para depois encaminhar a questão do Programa do Ouvidor.

Lalo, você quer acrescentar alguma coisa?

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Concordo. É exatamente isso. Apenas lembrar que nesse período, no meio do ano, quando tivemos um diretor trabalhando, chegamos à produção de matérias sobre a

Ouvidoria. Já está pronto. A produção do programa foi iniciada. Fizemos até matéria na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, para contar a história das ouvidorias no Brasil.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Uma das razões para esse profissional ter ido embora é baixo salário.

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Ele agora é Diretor de Jornalismo do SBT. Quer dizer, foi ganhar cinco vezes mais.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Mas ele reclamava muito mesmo antes de ter recebido esse convite.

As questões do relatório. Acho que precisamos ter uma instância para receber as demandas que vêm da sociedade através de Ouvidoria, de modo diferente. Não está bem resolvida. Encaminhar diretamente por rádio, ou para as unidades da EBC, significa que a alta direção não toma conhecimento, e aí não cobra.

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Desculpe, Tereza, mas estamos encaminhando para aquelas pessoas que a chefia de gabinete determinou que fossem encaminhadas. Não fazemos diretamente para ninguém. Não fazemos para os diretores, porque foram indicadas pessoas, em cada diretoria, para receber as demandas. É isso que estamos fazendo.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Foi. Mas a direção superior precisa tomar conhecimento, independente disso. Era assim, a Nereida era muito ocupada e delegou para alguém. Foi essa providência que tomamos no meu Gabinete, olha, você não tem tempo, então me indique alguém para responder à ouvidoria. Fizemos isso e melhorou, conforme você disse. Mesmo assim é preciso que tenhamos outro tipo de fluxo de informação. Quando tiver um atraso, sei lá. Depois podemos conversar sobre isso fora do conselho. Por exemplo, tem coisas aí que você falou e nunca tomei conhecimento.

O rádio é um problema da estrutura da EBC. As rádios que a EBC herdou são muito distintas entre si. Algumas têm natureza muito local, é um conjunto de emissoras muito distintas entre si. Como produzir um jornalismo de natureza nacional, por exemplo, uma cobertura eleitoral? Cada uma dessas rádios vai sair fazendo uma cobertura eleitoral a seu bel-prazer? Será que vamos dar conta de fiscalizar, nós, diretoria? E ainda o conselho. Cada rádio fazendo um jornalismo? Achamos isso impossível e decidimos lá atrás, por proposta da Helena, quando diretora ainda, que o jornalismo de natureza nacional fosse produzido por um núcleo de rádio e jornalismo vinculado à Diretoria de Jornalismo. Então, temos hoje o núcleo de rádio e jornalismo da Diretoria de Jornalismo, mas quem veicula é a Superintendência de Rádio. Então, já tem um problema. Muitas vezes o produto jornalístico radiofônico vai para a emissora e não vai ao ar. Como decidir essa questão, por exemplo, da interrupção, para veiculação de uma notícia de impacto

nacional? São coisas muito difíceis de serem executadas com a estrutura administrativa que a EBC tem hoje. A Diretoria de Jornalismo responde pela televisão, pelo telejornalismo, pelos programas de jornalismo da televisão, pelo radiojornalismo da Agência Brasil, e ainda por esse núcleo. Isso é impossível, isso não existe. E eu acumulei aquela diretoria. Você larga alguma coisa de lado.

Então, é complicado, tenho muito empenho e conversava isso com o Ministro Franklin hoje, a EBC precisa ainda de ajustes na estrutura para tornar as coisas mais dinâmicas, na produção de conteúdos e, sobretudo, na gestão dos canais públicos. Como saber disso tudo? Não sei. E tem o problema de falta de um projeto mais claro sobre o que fazer com oito rádios. Eu acho que essa é, digamos, uma falha, uma dívida dessa gestão, não ter conseguido encaminhar a questão do rádio, mas a empresa é muito grande, ou a gente larga uma coisa de lado e vai cuidar das outras. Eu não tenho receita.

Esses problemas aí, tanto o problema do Kirchner [vou deixar a Nereide me complementar sobre isso], como outros problemas de jornalismo no rádio derivam disso. O rádio faz jornalismo local. Como faz eu não sei, não dou conta de escutar oito rádios, e ver uma televisão e ver uma agência. Às vezes a gente consegue acompanhar. O rádio faz jornalismo local na Superintendência, e jornalismo nacional através do Núcleo de Jornalismo da Diretoria de Jornalismo. Os senhores acham isso razoável? É difícil acompanhar, saber o que se passa no rádio.

Então, tem esse problema da estrutura, que deriva disso. Tomamos providências, depois a Nereida fala sobre o que foi feito. Aproveite e fale logo, Nereide.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos fazer um intervalo, depois desse tema, de cinco minutos. Temos, ainda, os programas religiosos e o Operador de Rede. A audiência pública se inicia às três e trinta, e temo que o Operador de Rede fique sacrificado. Então, pelo que sejam um pouco mais rápidos, para podermos fazer cinco minutos de intervalo e iniciar o debate sobre os programas religiosos.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) – Serei bem rápida. A explicação é essa que Tereza deu. Primeiro é muito complicado dividir o noticiário nacional, por uma equipe, e o noticiário local para outra equipe. Então, são equipes diferentes. É evidente que nas emissoras têm o pessoal que faz local, mas o controle da notícia é completo, porque muita notícia local acaba virando notícia nacional, e tem notícia nacional que acaba sendo mais de interesse local. Então, é uma coisa meio esquisita. E essa questão de não ter essa interferência, por exemplo, para interromper a programação. Então, tem duas equipes. O que estamos tentando fazer, nesse momento que tem essa situação que ainda não é a ideal, é conversar bem mais do que conversávamos. Então, temos tratado disso.

Por exemplo, com relação à questão da posse, já me reuni com o pessoal, tive uma agenda com a menina da rádio para falar o que estamos pensando em fazer na posse da presidenta eleita. E para fazermos um trabalho conjunto. Mas existe esse problema mesmo, e como a Tereza falou, como são várias rádios, e cada uma com seu padrão, é impossível conseguir ouvir as rádios e dar a atenção que deveria ser dada mesmo à questão do jornalismo na rádio.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Deixa eu concluir sobre as questões de televisão, muito rapidamente. Petrópolis nós resolvemos, meus cumprimentos ao nosso Diretor Jurídico, que conseguiu acabar com aquela falsidade ideológica que existe lá em nome da TV Brasil. O relacionamento com a Net. Net é assim. Temos um entendimento, digamos, informal com a Net. Ela diz que não dá conta de cumprir a lei no analógico, porque já estava cheia quando a EBC foi criada, e aí ela tem dificuldade de romper contratos ou acordos para nos incluir. Pediu prazo, mas exigimos que fôssemos imediatamente incluídos nos pacotes digitais. O que essa pessoa está dizendo? Em alguns lugares estamos no analógico e no digital, e em outros só no digital. O que essa pessoa de Belo Horizonte está dizendo é que só existimos no digital. O que temos orientado? Como a EBC não tem braço para todas as coisas que precisamos fazer, estamos sempre orientando os telespectadores que exijam da Net que instalem o decodificador digital, porque aí ele passa a ter. Agora, pedimos um dia, ponham isso no site, façam, bombem essa informação. Aí fazem um dia e depois largam. Você tem que cutucar com a vara de ferrão, igual boi no curral, aquela coisa toda. É difícil. É a única saída. O cara pede a Net, e é lei que ele pode exigir o decodificador digital. E quando ele vai para o digital, tem a TV Brasil. Eu também tenho recebido muito isso, as pessoas querem TV Brasil, isso é bom, as pessoas querem parabólica, porque querem ver. Acho que tudo isso é como você falou, tem o lado meu bem meu mal.

Depois pegamos essa aí que vou ensinar a pedir o pacote digital.

Cem Censura. O conselho precisa entender algumas coisas. Há programas na TV Brasil que têm longa tradição na TV Educativa do Rio de Janeiro. E são programas que temos alguma dificuldade de fazê-los entender a natureza nova da televisão. Essa é, por exemplo, uma função do conselho. A qualquer hora quero ter uma conversa com o conselho, sobre como ele fazer uma manifestação sobre algumas questões. Mas isso não pode ser tratado assim tão apressadamente. Vou dar um exemplo. Teve um programa, esses dias, que exibiu uma coisa de marca, entrevistou uma pessoa [foi o Sem Censura] que era colecionadora de Bolsas Chanel. Vocês acham que é bom, na TV pública, uma colecionadora de Bolsa Chanel? Tem essas bobagens. Agora, eu sou uma censora,

porque fico ali o tempo todo, olha, isso não cabe na TV publicam, é ruim e tal. Ou naquele dia, eleição da Dilma, o programa era gravado. Não tinha lá umas senhoras, mulheres discutindo gênero, ou, sei lá, o resultado da eleição, e é um programa de debates. Então são coisas que o conselho pode ajudar a diretoria executiva. Em vez de ficar só a diretoria, sim, porque é mais fácil ir para a rua dizer que a diretoria é censora, é isso, interferente, não sei o que. Olha, se for tratar disso vai ter matéria na Folha de São Paulo, porque lá na EBC vaza-se tudo contra a diretoria. Eu escrevi uma carta, pelos três anos da TV Brasil, que se passou na semana passada, interna aos funcionários, e deu matéria na Folha. Vocês viram. Tudo bem, do limão à limonada. Agora, certas coisas, queria combinar com a presidente uma instância, por exemplo, a cada câmara, olha, podia o conselho atuar nisso. Tem coisa que eu não vou atuar porque sei que vou ser atacada na rua. O conselho podia ser atacado um pouco.

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Tereza, você disse uma coisa que tenho falado muito, quando sou entrevistado. O papel do conselho, não estou falando agora como ouvidor, mas o papel do conselho é também defender, é a natureza pública da empresa. Às vezes o conselho, é visto como fiscalizador. É muito mais do que isso, é o que você acabou de dizer, é o defensor maior da coisa pública.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Eu acho que a principal função do conselho é fazer valer os princípios, e os princípios estão na lei. Acho que o conselho precisa ler mais a lei e decidir, entre si, qual é mesmo o seu papel. O papel, para mim, é muito claro, fazer valer a natureza pública dos canais da EBC, ou seja, isso pode, isso não pode, isso é adequado, isso não é adequado. Acho até que vamos ter essa oportunidade hoje.

Curitiba. Curitiba é um exemplo de como a expansão da TV Brasil, se tivéssemos canais, se tivéssemos uma rede analógica e não apenas quatro canais, como temos; se tivéssemos uma existência analógica, mas é tarde para isso, o analógico já ganhou dono décadas atrás. Como eu brinco, só depois da pinguela para o digital, é que vamos ter outro tipo de existência. Mas em Curitiba estamos testando uma parceria com uma televisão privada que se dispõe a fazer parceria conosco. Autorizamos a exibir, experimentalmente, trinta dias o nosso sinal. Se der certo, podemos fechar um acordo. A lei nos permite fechar acordos de rede, com televisões, inclusive privadas. Por exemplo, é uma televisão privada nova, o dono não tem programação. Ao invés de fazer uma programação ridícula, é melhor ele fazer um acordo conosco. Mas tem que produzir um pouco de conteúdo local, até porque a lei exige. E não pode fazer publicidade. Ele tem que sujeitar à nossa lei. Por exemplo, a TV Tati de Ribeirão Preto. Esses dias, encontrei umas pessoas de Ribeirão Preto, elas conhecem a TV Brasil, a gente vê na Tati. A Tati é do Grupo

Coc, privado, mas ela aceita direitinho as nossas regras e joga. Estamos fazendo a experiência de Curitiba, está dando bons resultados. Agora, vai ser curto, vamos ter que tomar uma decisão de fazer o acordo lá.

Isso mostra, Ministro Juca, o que você falou, a TV pública pode, sim, vir a cumprir um papel que ela não teve historicamente. Agora, para isso ela precisa... Hoje o nosso problema não é mais a programação. Claro que a programação precisa melhorar, sempre, mas o nosso gargalo, hoje, está na distribuição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos fazer um intervalo de cinco minutos e voltamos para discutir os programas religiosos.

[intervalo]

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos reiniciar nossa reunião.

A questão dos programas religiosos já está em discussão, nesse conselho, desde junho deste ano, quando analisamos o primeiro parecer da Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente. Depois, continuamos com as discussões, fizemos uma consulta pública, todos vocês tiveram acesso a todas as manifestações, 170 manifestações, onde os interessados no tema se manifestaram. Demos um encaminhamento, na última reunião, de que a câmara formularia uma nova minuta de resolução, que apresentamos hoje, na pessoa do Conselheiro Daniel. Eu imagino que tomaremos todo tempo, até o meio dia, com esse tema. Temos que almoçar para dia para a audiência pública. Então, o tema do operador de rede passa para a próxima reunião.

Teríamos que decidir, ainda, espero que dê tempo, a agenda do ano que vem, não toda, logicamente, mas a primeira reunião em que deveremos fazer a avaliação da programação da EBC, do plano de trabalho.

Então, peço ao Conselheiro Daniel que apresente a minuta que a Câmara produziu, para que possamos discuti-la e dar o encaminhamento.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Bom dia a todos e a todas. Compartilho os elogios à recepção da nossa anfitriã, Conselheira Heloisa Starling.

Tivemos o cuidado de fazer circular essa minuta, pelo conselho, para que todos pudessem lê-la e refletir sobre ela. De certo modo ela retoma, sintetiza

o que já havíamos apresentado e discutido aqui. Então, vou ler para que depois possamos discutir.

Conselho Curador, Resolução número tal, de 2010. Dispõe sobre os programas de cunho religioso nos veículos da EBC.

Considerando o caráter laico do estado brasileiro; considerando os termos do Parecer nº 1 de 2010, de maio de 2010, aprovado pela Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente do Conselho Curador, sobre o tema da programação de cunho religioso atualmente veiculada pela TV Brasil, e emissoras de radio da Empresa Brasileira de Comunicação; considerando os debates travados no âmbito do Conselho Curador, a respeito desse parecer; considerando as opiniões e posicionamentos formulados no contexto da Consulta Pública nº 2 de 2010, entre 6 de agosto e 19 de outubro de 2010, que ensejou ampla, livre e democrática troca de ideias, possibilitando que se esclarecesse os fundamentos das mais diversas propostas e interpretações a respeito do tema em discussão; considerando a importância fundamental e histórica, e o caráter plural do fenômeno religioso em nosso país, referências reiteras no parecer citado e mais uma vez atestadas pelos debates acima considerados; considerando que os atuais programas religiosos não correspondem ao caráter plural do fenômeno religioso em nosso país, constituindo injustificadas regalias a religiões, em particular, por mais importantes que sejam e por maior respeito que mereçam; considerando, ainda, que as confissões religiosas atualmente detentoras de programas nos veículos da EBC dispõem de emissoras de programas de rádios e televisões, por meios dos quais tais programas podem ser veiculados; considerando que o fenômeno religioso deve continuar merecendo atenção da TV Brasil e das emissoras de rádio da EBC; considerando a pertinência de permitir, aos organizadores e produtores dos atuais programas tempo hábil para encontrar alternativas para veiculá-los, a Presidente do Conselho Curador da EBC, Empresa Brasil de Comunicação, no uso de suas atribuições legais e considerando deliberação tomada em sessão realizada no dia 07 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - determinar a suspensão de todos os atuais programas de cunho religioso, a partir de 1º de março de 2010;

Art. 2º - determinar à Diretoria Executiva da EBC, a organização de um *pitching* para produção de programa sobre o fenômeno da religiosidade, considerando os critérios de pluralidade máxima e não proselitismo;

Art. 3º - Esses programas ocuparão espaço semelhante ao tempo atualmente ocupado na grade de programação da TV Brasil e das emissoras de rádio da EBC, pelos atuais programas religiosos;

Art. 4º - A partir de 1º de março de 2011, caso o novo programa, ou os novos programas indicados no art. 2º desta resolução, não tenham sido ainda viabilizados por meio de *pitching*, a Diretoria Executiva da EBC organizará alternativas de transição, até que essa condição se concretize.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos abrir para as manifestações.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Eu vou ser o mais breve possível. Eu vou reiterar a minha posição na discussão anterior. Acho que o custo vai ser imensamente maior do que o benefício dessa mexida. Como eu me lembrei desse conselho durante o processo eleitoral, principalmente no segundo turno, porque estamos deliberando sobre uma questão que envolve dimensões que não são racionais. Não discordo de nada do que está argumentado aqui nos considerando. Mas acho que o custo é excessivo, é chamar atenção para algo secundário e permitir que isso fragilize todo trabalho de construção da TV pública. Evidentemente que é um gesto simbólico de igualdade radical, e é sempre bom ressaltar o caráter, a intenção é positiva, a pluralidade religiosa é um fato no Brasil, apesar de ter religiões que tem mais enraizamento, como é o caso da católica e outras, espírita, que abarcam as maiorias. Mas são programas em horários que não são de grande audiência, não é um programa de proselitismo, a missa não é um proselitismo, apesar, concordo, de que se torna ao ser divulgada, mas é um programa de prática de conexão com o andar de cima. Acho que é isso, é simples, vamos bulir num negócio, num momento de nascedouro de uma TV pública forte, vamos trazer e tensionar num ponto que não será compreendida a partir da intenção do gesto. O próprio numérico da consulta, apesar de não ser uma consulta significativa, mais de 80% foi contra a retirada e a favor da manutenção, o que é muito sintomático. É um tema que se presta à demagogia. Não vejo com simpatia, acho que devíamos refletir melhor. Outra coisa, programa sobre a religiosidade é outra coisa. Acho que isso deve ter, mas é outra coisa. Então, é isso, não tenho muita argumentação, mas sinto, pela minha experiência política, me obriga a acrescentar os argumentos racionais, que são irretocáveis, algo de que isso vai acabar trazendo mais dificuldades que facilitação na construção de uma TV pública com esse caráter geral. O caráter laico do estado é evidente, devemos zelar por ele em todos os seus aspectos, mas a TV pública pode se relacionar com as complexidades culturais e religiosas sem o exercício do caráter laico absoluto. Um tribunal tem que ser absolutamente laico, um Ministério da Educação tem que ser absolutamente laico, todas essas dimensões, mas quando se entra no mundo da cultura, é obrigado a se relacionar com os fenômenos já de dentro. O ideal seria que tivéssemos essa resolução consolidada, mas como é um

gesto unilateral do conselho e não é da sociedade, não é acompanhado de uma demanda complexa da sociedade, acho que ela vai trazer dificuldades para a EBC. E por isso acho que vai ser um excesso de tensionamento para um resultado menor do que ele vai gerar em termos de problemas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Sua proposta, então, é que tenhamos...

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Não pensei em proposta, pode se adiar decisão, retomar a discussão, recolocar na sociedade, ou encaminhar agora. Eu não pensei numa fórmula, o que digo é que fiquei preocupado. E quando digo, é verdade, pensei muito nessa deliberação aqui, é como foi fácil a demagogia religiosa no período eleitoral. A sensibilidade da sociedade para essa dimensão é diferente da estrutura racional que a gente construiu, e isso se presta, mais uma vez, a que a boa intenção se choque com um muro de... Não há uma demanda da sociedade para a realização disso agora. Acho que deveríamos pensar nessa dimensão política, que é o que faltou. E sou mais que agnóstico, não estou defendendo em causa própria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiro Paulo, por favor.

**CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO** – A única coisa que concordo com o Juca é que o custo político, não nos iludamos, será alto, a qualquer momento que se decida. Efetivamente, essa decisão poderá iluminar o que deliberarmos. No que diz respeito à resolução, acho intocável, está muito bem formulada, é muito equilibrada, muito amena. E a decisão é irrecusável. Não sei qual vai ser o momento a tomar isso, mas esse romanocentrismo nessa TV é inaceitável, é uma situação gaga do Brasil, essa preponderância, esse privilégio que se dá à Igreja Católica Romana. E bem se vê o que aconteceu na campanha eleitoral de como eles são espaçosos nessa direção, com intervenção de alguns bispos inclusive. Até o Vaticano se meteu. E eles, hoje, não estão quietos, pelo que sei, nessas missas. Estão fazendo proselitismo contra a própria televisão.

Então, quanto à argumentação, eu não compartilho do conteúdo da intervenção do Juca, apesar de achar que ele tem alguma razão. Mas acho que em certo momento essa televisão vai ter que ter uma posição de princípio, não dá para manter essa posição gagá em relação a essas missas. E eu acho, também, que isso não pode ser só decidido pelo clamor popular. Se fizermos um plebiscito pela pena de morte ou a tortura, um pouco mais que a metade vão querer de volta. Vão querer de volta. Outro dia estava vindo de um programa de rádio no Peru e

um cidadão propôs simplesmente câmaras de gás para esses delinquentes, sem saber bem. No Brasil se ouve coisas parecidas.

Acho que é uma posição de princípio irretocável, que vai ser necessário que em algum momento se tome. Eu sou até mais radical, não vou querer vender a minha posição, mas não acho que há nenhuma obrigação de preencher a grade das atuais missas com programas de cunho de debate religioso. Mas não vou ser mais radical do que já afirmei antes. O que eu queria saber é quanto essas missas ocupam. Uma missa, quanto tempo, espaço semelhante.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – A TV Educativa do Rio de Janeiro, precursora da TV Brasil, existiu durante muitas décadas, era uma TV pública estadual, assim como a TV Cultura de São Paulo. Ambas sempre transmitiram uma missa. A TV Cultura de São Paulo, a missa de Aparecida, e a TV Educativa do Rio de Janeiro, a missa da diocese do Rio de Janeiro. Eram transmissões locais. A coisa ganhou dimensão porque veio a TV Brasil, e logo que implantamos a TV Brasil, a TVE do Rio de Janeiro passou a ser um dos nossos canais, o principal canal. Então, a missa da TVE do Rio de Janeiro, na medida em que criamos a TV Brasil, que tinha também em Brasília, São Luiz e depois São Paulo, e depois formamos uma rede com outras emissoras estaduais, a missa do Rio de Janeiro passou a ser transmitida para outros estados, nem todos, mas aqueles onde temos uma parceira. E A TV Cultura, de São Paulo, continuou transmitindo a missa de Aparecida. A missa é aos domingos e dura o que dura uma missa, cerca de 45 minutos, uma hora.

Agora, na TV Brasil existe, ainda, Palavras de Vida, que é um programa católico, mas não é digamos um rito religioso como a missa, é um programa de mensagens. E tem um programa evangélico, que é no sábado. São todos em horários matinais, muito cedo, horários onde a audiência de todo modo é residual, sendo que nossos mapas de audiência indicam, sobretudo para a chamada Missa de domingo, uma audiência relativamente alta em relação às nossas médias. Por isso que a pressão é grande. Não estou dizendo que se deve buscar audiência à custa de missa, estou dizendo que, pelo fato de ter uma grande audiência, justifica a pressão que se exerce aqui. A Diocese tem nos ditos o seguinte, os doentes, os que estão nos hospitais, isso é serviço público, o que está na cadeia etc.

**CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO** – Obrigado. Acho que um dos argumentos irretocáveis é que essas religiões têm rádios, têm televisões, e

por que eles têm que contar com esse apoio da TV pública. Então, estou totalmente de acordo com essa posição, até seria mais radical, mas isso não é realista. Agora, creio que o argumento que o ministro levanta deve ser levado em causa. Só dou um exemplo.

Agora mesmo tínhamos feito uma imensa pesquisa sobre atitudes em relação a direitos humanos em dez capitais, co comparando com uma pesquisa de 1999. Chegamos à decisão que era melhor não lançarmos, o que é uma parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, porque era novamente reabrir a polêmica em relação aos temas do PNDH III.

Eu acho que não seria conveniente a inauguração de um novo mandato, que colocássemos de presente para a nova presidente uma questão que...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Mandato de quem, Conselheiro?

**CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO** – O mandato do novo governo. Colocar no colo essa gritaria católica, realmente vai haver.

Então, eu acho que o argumento do momento, da data tem que ser levado em conta. Não vou dar tiros no vosso próprio pé. Mas acho que quanto à posição, concordo totalmente com a resolução, acho que está excelente, equilibrada, concordo com as teses, mas estarei aberto a uma discussão sobre a oportunidade da conjuntura de se tomar essa posição agora no mês de dezembro, justamente quando "O Menino Jesus estará descendo", etc.. Tudo será utilizado. Então, nesse sentido eu convergiria com o ministro.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Eu gostaria de manifestar minha opinião, como conselheiro, sobre isso. Acho esse assunto de extrema gravidade, e nós já vimos discutindo há tempos. Até me recordo que havia proposto a postergação dele durante seis meses, época de junho e julho, e chegamos a seis meses depois, para ver a complexidade da coisa. A meu ver, é minha opinião, o fato de o estado ser laico não quer dizer que ele seja contra a nenhum tipo de religião. Acho que o fato de aparecer no vídeo as mais diversas religiões apenas amplia nosso leque de audiência. Então, vejo também como totalmente inoportuno, no momento atual, para ser aprovada a proposta, embora respeite e reconheça mérito no estudo, mas acho o momento impróprio. Estamos num momento de transição de governo, num momento de renovação de muitas

coisas que vão influenciar profundamente a sociedade brasileira. Eu votaria contra e que isso seja decidido desde já de tal maneira tão enfática, e fosse analisado mais profundamente. Concordo, também, com os argumentos básicos do Ministro Juca, e até mesmo com o Conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro agora no fim, focalizando a questão da época. Era o que tinha a dizer. Acho que devemos adiar, mas não ficar discutindo isso em todas as reuniões que aqui se apresenta esse assunto. Adiarmos isso para uma próxima etapa, no ano de 2011. Pessoalmente, acho que não deveríamos suprimir totalmente os programas. Mas isso é uma opinião que darei mais tarde, ao analisar mais profundamente. O fato de a Igreja Católica ter esse programa há tantos anos já demonstra a importância dele, e o fato de não ter havido um acordo por escrito, a lei brasileira, assim como prevê o direito de posse sem nada escrito, prevê, também, o chamado acordo verbal, que na época foi feito, não assinado, entre o Presidente Juscelino Kubitschek, se não me engano, e a TVE do Rio de Janeiro. Então, acho que esse assunto vai criar um problema para a nossa futura administração, para a sociedade civil que se manifestou nesse sentido, e, principalmente, para nós próprios.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigado, Conselheiro.

Conselheira Maria da Penha.

**CONSELHEIRA MARIA DA PENHA MAIA FERANDES** – Antes de tudo, agradecer a receptividade aqui dos mineiros. Eu gostaria de falar o seguinte: acho que se esse programa não está fazendo mal, não tem porque retirar. Quero dizer que eu já utilizei muito o programa religioso não pelo ritual, mas pela palavra que é transmitida. Na época em que eu não tinha como sair de casa, no domingo, assistir a missa, não o ritual, mas a palavra de Deus que é mencionada, aquilo que fortaleceu muito. E como não podia levar minhas filhas para nada, nenhum culto, nenhuma missa, elas assistiam comigo e a gente refletia sobre isso. Hoje em dia a missa reflete inclusive, no canal da TV Brasil da nossa cidade, a presença de comunidades, de jovens que podem estimular à participação de um evento desses. São várias comunidades que aparecem como coral. Inclusive a missa reflete o ritual com pessoas negras, levando tipo de dança, tipo de oferenda, que também atinge o público de religião da católica, mas que trabalham naquele momento do culto de maneira diferente da pessoa tradicional. Temos, também, dentro da religiosidade, um programa onde está presente um pastor, um espírita e um padre, tratando das questões de cidadania. Acho que retirar a Missa, vamos dizer, que é num horário que não interfere em outras programações que vá prejudicar... Por exemplo, se está no horário do futebol e tiver só uma televisão em casa, talvez

fosse criar uma celeuma dentro de casa, porque o homem está querendo ver o futebol e está havendo a missa naquele horário. Mas às oito ou nove horas da manhã, o homem está dormindo e... É começar o dia com uma palavra que fortaleça, baseada na Bíblia, e junto à missa, que as pessoas gostam de assistir. Estaria refletindo esse momento, que a reflexão do Ministro Jucá foi muito importante, um momento que vai fragilizar e temos que nos fortalecer mais. Quem sabe, depois isso passa até despercebido, não quer dizer que seja obrigado a se tirar a missa desse horário. Outros cultos poderão ser incluídos, mas não retirar esse que já é tradicional. Penso dessa maneira. Obrigado.

**CONSELHEIRO MANOEL ROBERTO SEABRA PEREIRA** – Boa tarde. Não vou falar de novo da recepção, que foi muito boa, não vou insistir nisso, mas quem não veio ontem perdeu. Queria dizer o seguinte, que temos que nos remeter especialmente ao que foi feito, que foi a consulta pública, que está sendo colocada meio de lado. Além do que já foi dito pelo ministro, que 80% das pessoas se posicionaram a favor da manutenção dos programas, acho que tinham propostas interessantes que poderíamos, não sei se o tempo vai permitir, mas avaliar nesse conselho. Uma das propostas, não sei se foi do grupo dos espíritas, não me lembro, que propunha uma espécie de um grupo de trabalho inter-religioso que pudéssemos dar um prazo a eles para discutirem uma saída honrosa, tanto para a TV Brasil quanto para as religiões, sobre esse espaço público. A minha proposta seria alguma coisa nesse sentido, na resolução da Câmara de Cultura, que ao invés de determinar, de imediato, a retirada do programa do ar no dia primeiro de março, que se aceitasse essa proposta de um dos grupos e se criasse um comitê inter-religioso, algo assim, espírita, católicos, evangélicos e que eles discutissem entre eles [daríamos um prazo maior, de seis meses, conforme a proposta do Paulo] uma saída para isso. Vamos abrir esse espaço, reformatar o programa religioso, fazer um programa de cunho laico, o que fazer com isso? Então, seria aproveitando a proposta que chegou, não é propondo nada novo, mas considerando o que foi enviado para o conselho. É uma proposta da Rede Afro Brasileira, Sociedade Beneficente Abogi-Boá, da Associação Hare Krishna, Assembleia Espírita, Associação Brasileira de Religiões, Instituto Nangê. Eles dizem isso, sugerem que o parecer da Câmara constitua o Conselho Deliberativo Inter-Religioso, de âmbito nacional, formado por representantes das diversas práticas religiosas, para poder discutir, criar esse diálogo inter-religioso e propor uma programação de caráter público e que trate do tema religioso. Acho que estaríamos, de certa forma, seguido o princípio jurídico do estado laico, mas delegando de forma consensuada às religiões para que elas proponham o que fazer com esse espaço, já que estamos com esses programas há trinta anos, e não sei se deveríamos ter tanta pressa em tirá-los do ar, antes de fazer uma discussão, um debate com as próprias religiões.

É a proposta que apresento. E pequenas sugestões, se a resolução for colocada em votação, de redação. Aqui no primeiro parágrafo, a Empresa Brasil de Comunicação está Empresa Brasileira de Comunicação, e na resolução, no artigo segundo e quarto, substituir *pitching*, por concurso público, colocando *pitching* entre parênteses.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** – Só lembraria, em cima do que o Ministro Juca falou, começam o novo governo e geralmente tem cem dias que se fazem as primeiras avaliações. Então, entrar nessa teia de marimbondos nesse momento seria complicado. Agora, a proposta que o Conselheiro Manoel colocou, é bastante justa. Acho que é por aí que temos que caminhar. Agora, eu me lembro quando começou a discussão deu-se o prazo de seis meses, e agora novamente, por questões delicadas, o assunto vai ser adiado mais uma vez, e resta saber se daqui a outros seis meses vai se tomar uma decisão definitiva. Eu acho que para sair desse impasse que estamos, essa proposta é a mais razoável, é a mais inteligente a ser seguida.

**CONSELHEIRO LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO** – Essa proposta do Daniel eu acho boa porque ele encontra o meio termo de não tirar tudo e manter. Mas concordo, também, com o Ministro Juca Ferreira, porque estava nos últimos dois meses conversando com pessoas. Eu fui, mês passado, a uma cerimônia de batizado num templo espírita e aproveite para tocar nesse assunto, o que as pessoas achavam, inclusive com a pessoa que estava ali presidindo. Aí uns acham que ótimo, mas acabar. Mas no mesmo grupo tinham gente que achavam que não deviam acabar e para outros era indiferente; e que eles não estavam sabendo dessa discussão. Não estavam. E na Igreja Católica, com duas pessoas que conversei, eles sabiam da discussão do tema, dessa intenção do conselho. Eu, por exemplo, não tenho opinião formada sobre isso. O que eu acho, sabia que deveriam era criar para os outros ou não. Mas essa proposta do Daniel eu achei razoável. Mas acho também que as religiões exercem papel importante. Se não fossem as religiões o estado não daria conta de controlar a violência desse país. Elas têm papel importante. Agora, com relação a essa proposta, conversei com gente da Igreja Católica, e ainda ponderei, olha, todas as religiões têm programas de rádios. Eu viajo e principalmente no interior se ouve muito programa religioso nas emissoras de rádios, eles compram espaço. Eles argumentaram que não, que esse é diferente, há uma tradição, e manter esse programa é importante, porque é um horário cedo, não é aquele negócio o dia todo. Então, as pessoas já acostumaram com esse horário, com relação a rádio, às sete horas da manhã, no domingo. É usado por pessoas que não têm como ouvir uma palavra, como diz o ministro, lá do alto; e tem pessoas enfermas que não podem ir, não podem se

deslocar, moram em regiões ribeirinhas, na floresta. Então, eu concordo com o ministro, que devemos postergar essa discussão, ampliar essa discussão para a sociedade, tanto que na campanha política, a Ministra Dilma teve dificuldades com relação a temas religiosos, e isso veio quase que atrapalhar a campanha dela. Acho que tomar essa decisão agora pode ficar caracterizada uma influência do novo governo, que ainda nem tomou posse. Acho que devemos ampliar essa discussão.

**CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES MARTINS** – Eu vou ser bem rápido. Numa empresa, como a nossa, que é uma empresa grande, e outras empresas das quais eu participo do conselho de administração, empresas de valores fantásticos de faturamento, sempre que se discute, principalmente uma estratégia, como é o caso do que está se discutindo, quando não existe uma uniformidade de pensamento entre o conselho, quando há muita divergência de opiniões, como estamos vendo aqui, é porque o assunto não está maduro para ser tomada uma decisão. Então, eu concordo com o que o Juca falou, acho que esse assunto tem que ser mais amadurecido, mais pesquisado. Como é que vai se tomar uma decisão, se colocar em votação é uma maneira. Agora, essa votação ganhadora é o que o povo, a audiência quer ou não? Então, eu acho que isso tem que ser mais pesquisado, tem que ser mais aprofundado, porque pelo que vi aqui, eu senti, o assunto não está maduro para ser tomada uma decisão.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Naquela hora eu estava colocando.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Desculpe, Tereza. Vou passar a palavra para a Tereza e temos mais oito inscritos. Tereza, realmente passou.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – É que eu ia responder, e quando ele terminasse eu ia falar, e você passou para outro. Quero colocar o seguinte. Primeiro, queria refutar a natureza estatal da televisão. Essa televisão não é estatal. Isso está em todos os estatutos legais de sua criação. A Empresa EBC é uma empresa do Estado brasileiro, por ter o estado brasileiro como acionista. Os canais são públicos, e devem ser geridos como tal. Para isso foram criadas instituições como esta, que substitui o estado. Quem nos fiscaliza não é o estado, no caso da televisão pública, é o conselho, a ouvidoria, a sociedade, através de formas diretas, e indiretas. E sendo a televisão pública e não estatal, acho que essa discussão deve evitar a relação com a natureza laica do estado. O estado é laico, mas a televisão não é estatal, é pública. E sendo pública, no meu entender, deve expressar a diversidade. Isso também aparece muitas vezes. A

palavra diversidade não só nos fundamentos de criação da EBC e seus canais, mas nos estatutos de todas as televisões públicas do mundo, é um dos princípios que regem a comunicação pública, o compromisso com a diversidade. E a diversidade de uma sociedade se manifesta nas mais diferentes ações da sociedade condutas da sociedade, inclusive na religião. Temos diversidade étnica, cultural, etc., e religiosa. Então, por isso as televisões, estava até voltando a frequentar a *France Television*, a RTP, a TVE de Espanha, a BBC, e todas têm alguma forma de expressão da diversidade religiosa. O que temos, aqui na TV Brasil, é uma falta de expressão da pluralidade. E isso se resolve com um edital, é de outra forma. O que falta é os espíritas não terem quinze segundos, as religiões afrodescendentes não têm nenhum espaço. Eu acho que isso é uma falha.

Como eu lhes contava, quando respondi ao Conselheiro Paulo Sérgio, na criação da TV Brasil, já tentamos que a nova grade da nova televisão, mas que foi composta com programas da velha, até que fomos trocando pneu enquanto o carro andava. Tentamos tirar a missa, e já naquele tempo enfrentamos muitos problemas. O conselho não se envolveu, enfrentamos problemas com arcebispos, com as comunidades etc., etc., etc.. Essa é uma questão que queria colocar para reflexão: a televisão é pública. Onde se conecta a televisão com o estado? Onde as regras da laicividade do estado devem se reproduzir aqui? Ou o que deve se reproduzir aqui é a diversidade da sociedade? É uma questão importante. Não acredito que as televisões públicas da Europa não tenham refletido muito sobre isso, para manter as suas grades as expressões religiosas que estão lá, e elas têm sessenta anos de experiência, quase todas as televisões europeias têm mais de cinquenta anos. E são televisões não só maduras do ponto de vista operacional, com também do ponto de vista institucional. Quer dizer, está sempre aperfeiçoando mais e mais a gestão pública dessas televisões na Europa e em outros lugares.

Sobre a questão do momento, da conjuntura apontada pelo Ministro Juca, a meu ver [não estou aqui querendo ser intérprete dele], a preocupação com o desgaste não é para o governo que vai entrar, não, é para a televisão, para nós. A Lei garante inteira autonomia editorial para os canais públicos geridos pela EBC. Por isso tem o conselho, senão íamos lá responder para o Governo, na pessoa do Ministro Franklin, ou sei lá de quem. Mas não é o governo que respondemos. Respondemos a este conselho, respondemos diretamente em outras instâncias, aquele embate diário com a sociedade através da Ouvidoria, respondeu ou não respondeu a pergunta do telespectador, etc. e tal.

A preocupação não é com isso. Eu acho é que tendo a presidente eleita enfrentado problemas de exploração com as religiões, pode, sim, haver um falso entendimento de que houve aqui uma intervenção do Governo. E como eu digo, como gestora do cotidiano, eu falo que a EBC tem todo tipo de problema, o único problema que não poderei dizer que enfrentei, pelo menos até este momento de hoje, foi o de ingerência de Governo.

Nunca recebi bilhetinho, tira do ar, põe no ar, e não sei o quê, etc.

Terei longos depoimentos a fazer sobre isso no futuro, porque existe um monte de pessoas que escreveram livros, que receberam bilhetinhos, e tal. Eu nunca recebi nada. E tenho muitos depoimentos a dar.

Ontem fizemos uma entrevista com o Presidente da República, que não perguntou se seria veiculada, como qualquer outra televisão, ou quando iria ao ar.

Resolvemos exibir um pedaço ontem, outro pedaço junto com outro conteúdo. É dessa forma, a nossa relação com o Governo é profissional, mas alguém, como tudo na EBC é suspeito, poderá dizer: "Olha, a atéia da Dilma subiu ao Governo e mandou a televisão tirar os programas religiosos do ar".

Entendeu? É nesse sentido que eu penso que há uma coisa ruim para nós, quando não tem nada a ver, os senhores estão discutindo e nós estamos nesse Conselho discutindo esse assunto há muito tempo.

Basicamente são essas duas coisas. Agora, não penso que é programa de reflexão que vai substituir a diversidade, acredito que é possível construir um edital, também não quero formular nenhuma proposta, mas é possível construir um edital dessa forma:

Quais são as religiões que apresentam propostas de programas religiosos?

E o Conselho avalia cruzando uma série de elementos do IBGE, da representatividade da religião, da grade, onde é que podemos mexer, que tempos podemos dedicar a diversidade religiosa. Penso que se resolvermos seguir o caminho da diversidade podemos tratar de modo mais prático a sua expressão, da diversidade, dentro da grade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Na ordem, Ana Maria.

**CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO** – Compreendendo as argumentações, compreendendo o momento político, inclusive compreendendo que eu analisei e li, com muito cuidado, todas as sugestões que foram apresentadas pela consulta pública, todos os argumentos. Estudei com muita calma, tranquilidade.

Inclusive lá, há um levantamento de todos os canais e programas, praticamente todos, que as religiões dispõem no Brasil. Nessa própria consulta pública, os Conselheiros devem ter observado isso.

Tomei o cuidado de conversar com pesquisadores que tratam dessa questão do fenômeno religioso, inclusive, daqueles e daquelas que já fizeram o mapeamento dessa quantidade de programas religiosos que existem na grade, inclusive das emissoras públicas e das privadas, em televisão aberta, missa e tudo mais, que é uma quantidade muito grande.

Considerando que o Conselho já teve um prazo de seis meses para discutir essa questão, para se posicionar, considerando a abertura dessa consulta pública, eu sou de opinião, e não somente eu, todas as entidades que estou representando aqui, e os vários seguimentos, os quais represento aqui, que não são poucos, da felicidade desses seguimentos em poder ter esse debate dentro do Conselho contemplado, isso já foi um grande avanço, considero que o parecer, o Projeto de Resolução da Câmara de Educação aprovado completamente, sou solidária, reitero essa posição aqui, inclusive porque tenho me posicionado totalmente preocupada nesse âmbito das eleições com o que eu considero uma intromissão autoritária de algumas correntes religiosas no processo político brasileiro e, nesse sentido, não querendo desmerecer, de jeito nenhum, as colaborações e as questões levantadas, que penso serem profundas e pertinentes no momento político e histórico, mas eu voto, penso que não estamos votando, mas a minha posição é com o Projeto de Resolução do grupo de trabalho.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Professor Murilo.

**CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS** – A minha predisposição, caso a Resolução vá à votação, é votar com o Relator, Professor Daniel.

Porém, existe uma questão que já foi tocada, mais diretamente pelo Conselheiro Manoel Roberto e, agora, pela Conselheira Ana Veloso, e que para mim não está suficientemente ajustada em todo o processo que nós realizamos da

consulta pública, que é justamente a transparência que tem que ser dada a consulta e aos seus resultados, um problema que eu entendo que quando se utiliza uma consulta pública, a referência que se tem sobre a consulta pública na Resolução é o parágrafo 3º,"considerando as opiniões, enfim, que ensejou ampla, livre e democrática troca de ideias".

Na realidade ela não explicita que ideias foram essas e não toca nas questões, porque vejam, não fiz uma análise muito aprofundada, mas li os resultados, até troquei ideias aqui há pouco com o Diogo e o Manoel Roberto, porque a consulta nos conduz a uma outra decisão, se formos levar em conta não apenas a questão numérica, mas as manifestações das entidades. Ela nos conduz a uma outra decisão, para nós tomarmos essa decisão aqui haverá que ter uma exposição de motivos, enfim, um esclarecimento aos consultados para que eles tenham a clareza de que o Conselho tomou a decisão com base na consulta, mesmo que na aparência, por isso que teria que ser feito um estudo mais aprofundado, estejamos em conflito com aquilo que majoritariamente a consulta apontou, que é a permanência dos programas.

Digo isso porque, por dever de ofício acadêmico e profissional, acompanhei o campo das políticas de comunicações, vou citar o caso que conheço melhor, que é o da ANATEL, a grande queixa que os setores de consumidores, principalmente, até o setor de empresários fazem, das consultas públicas, é que elas servem apenas para legitimar decisões tomadas anteriormente, porque, em geral, as consultas são feitas, os consultados manifestam sua opinião, a Resolução que é aprovada colide com a expressão majoritária das consultas e, no entanto, ela é que é aprovada. A consulta, aparentemente, é feita só para legitimar algo que já estava previamente decidido.

Não estou dizendo que essa é a nossa decisão. Mas se é para votarmos e adotarmos essa decisão, penso que ela tem que vir acompanhada de uma análise bastante clara da consulta e porque que o Conselho tomou essa decisão. E dar transparência a isso. Isso tem que ser posto para que os consultados tenham conhecimento, porque todo mundo que contribuiu vai receber só a Resolução em troca. E, afinal de contas, não vai saber das diversas opiniões que foram manifestadas, isso é muito comum em prática de consulta pública.

Você faz a consulta, toma a decisão e não há retorno dos resultados dela para os que foram consultados. Então, ainda penso que se há algo faltando é justamente isso, é dar consistência ao parágrafo 3º, trabalhando mais o conteúdo da consulta e justificando porque que o Conselho, a partir da consulta, tomou a decisão que poderá tomar.

É isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Pois não, Conselheiro Daniel.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Bem, queria aqui considerar alguns argumentos que estão sendo defendidos.

Em primeiro lugar, a questão central logo encaminhada de início pelo Ministro Juca, a respeito do custo da decisão.

Desde o início que essa discussão entrou em linha aqui, sabia-se, sabe-se do custo dessa decisão, penso que o Conselho sempre deve considerar o custo de suas decisões, mas não pode renunciar a decisões sobre o argumento de que o custo é alto.

Quer dizer, se determinados grupos de TV's se mobilizam contra decisões, e isso vai sempre acontecer, isso não pode ser um argumento decisivo, isso tem que ser considerado, mas não pode ser uma coisa impeditiva, porque senão não vamos nunca remover nada que nos pareça importante remover, se para isso tenhamos que enfrentar grupos de interesses consolidados.

Essa questão, também, é conexa com uma outra que diz respeito aos interesses do governo atual, penso ser muito grave argumentarmos aqui que uma decisão nossa tenha que ser postergada ou revogada porque o Governo atual ou o futuro...

Entendi como pertinente não tomarmos decisões na época eleitoral porque isso poderia ser motivo de aproveitamento eleitoral, levando a distorções na percepção do eleitorado, mas superado o momento eleitoral, parece-me muito perigoso pautarmos decisões do Conselho em função dos interesses do Governo, não somos braços do Governo, pelo menos não me entendo aqui como braço do Governo, o Conselho Curador, aliás, a própria empresa é uma empresa autônoma em relação ao Governo.

Penso que esse argumento não deveria ser, enfim, a meu ver, ele deve ser sempre considerado, mas não servir como impeditivo.

O custo é alto e o Governo tem que lidar com a decisão, se a decisão é do Conselho, inclusive porque o Governo tem todas as condições de se demarcar do Conselho, claro que isso vai ser motivo de controvérsia na opinião pública, mas não podemos embarreirar decisões do Conselho, porque isso cria um precedente

muito grave, a meu ver. O Conselho está se pautando sempre pelos interesses do Governo, não me parece, realmente, um argumento apropriado.

Aqui se falou da diversidade, o que a Resolução quer garantir é exatamente a diversidade, que não está garantida atualmente. Atualmente a rede pública privilegia, é claro que ela não inventou isso, é uma tradição, porque ela já encontrou assim, consolidada, mas a diversidade não está garantida. Preservar as regalias e os privilégios que duas religiões possuem é violentar os princípios desse Conselho, com o receio de enfrentar um custo alto. É multiplicar e conferir a todas as religiões existentes no Brasil um espaço equivalente a que as atuais possuem é completamente inviável. Já consideramos esta questão em discussões anteriores. O que se quer é manter a dimensão religiosa na grade da programação, tanto da televisão como das rádios, porque as rádios também têm programas religiosos, as rádios públicas têm também programas religiosos. O que se quer manter, o que se quer defender é a manutenção da dimensão religiosa, mas excluídas as regalias abusivas que se constituíram.

Tive a preocupação de ler atentamente as opiniões da consulta, quando abrimos uma consulta pública nós não somos aqui um *big brother*, um programa de *big brother* que vai computando os votos e ganha quem tiver mais votos. Abrimos a consulta no intuito de avaliar a qualidade das contribuições, discuti-las, etc. A grande maioria das opiniões é favorável a manutenção do programa, aliás, em todas as entrevistas que eu dei a respeito desse assunto, elas vinham com essa perspectiva, a ideia é de que o Conselho quer eliminar a religião do programa, a religião em tese, a religião em geral.

A maioria das pessoas que se pronuncia nos debates, vocês podem olhar e avaliar o debate, estão informadas distorcidamente, se foi consciente ou inconsciente isso escapa da minha capacidade de análise, mas há uma distorção básica, porque o que eles temem é a eliminação da religião da grade, o que não é isso que se deseja, desejamos manter, reconhecemos pela Resolução o caráter profundamente religioso do povo brasileiro, a influência fundamental da religião, das várias religiões, e nós queremos manter isso. Não só discutindo a respeito disso, mas veiculando os rituais das diversas religiões, sem caráter proselitista, é isso que se quer.

É isso que se deseja, garantir a pluralidade, se o Conselho aprova a manutenção dos atuais programas, ele está consagrando privilégios, regalias, abusivas, porque com o dinheiro público algumas religiões, vale enfatizar, têm todas as condições de veicular esses programas por meio de suas próprias redes, porque a religião católica tem poderosas redes próprias de rádio difusão e

televisão. Os evangélicos também têm, inclusive, um grande canal de televisão aberto.

Ou seja, além de ter esses canais eles estão invadindo o espaço público, usando o espaço público, o dinheiro público, funcionários públicos para veicular as suas religiões particulares. E o Conselho aprovar isso...

Lembro-me da intervenção tão rica do Ministro Juca sobre a questão da educação, da necessidade de educarmos, no sentido mais *lato* da palavra, se mantivermos os atuais programas estamos deseducando a sociedade brasileira, porque estamos mantendo privilégios e regalias completamente abusivos, em nome de quê? Até prejudicar o Governo atual, o custo é muito elevado.

Penso que se trata de uma batalha de esclarecimentos. Todos os repórteres que vieram entrevistar-me, e foram mais de cinco ou seis, perguntavam se nós queríamos eliminar a religião da grade e eu respondia que não se tratava disso. Tratava-se de manter a religião, mas assumi-la no seu caráter plural.

Havia uma grande surpresa nos meus questionadores. Leiam com atenção os debates da consulta, a maioria das perguntas era se iríamos tirar a religião da grade.

A religião católica e os evangélicos têm plena... Eles falam como se o único espaço para veicular as suas convicções religiosas fossem o espaço da TV Brasil e da EBC.

A nossa Presidente, Maria Tereza Cruvinel, abriu a intervenção dela falando sobre diversidade. Ora o que a Resolução quer é garantir a diversidade, o que a situação atual consolida e congela é a não diversidade.

Então, nós conciliarmos com isso em nome de atender a supostos interesses, porque o próprio Governo não se manifestou sobre o assunto, nós aqui estamos sendo mais realistas do que o "rei". Vai prejudicar o Governo e se prejudicasse o Governo o problema seria dele. Não é um problema do Conselho.

O Conselho tem que considerar o que é importante em termos de princípios que os regem e não dos interesses imediatos, estáticos do Governo.

Respeito muito todos aqueles que defendem a necessidade de manter esses programas religiosos, mas porque não defender junto as suas religiões que os programas sejam transferidos, se é que já não são veiculados, nas poderosíssimas redes que evangélicos e católicos têm no Brasil, por que eles precisam do espaço público para isso?

Sustento que é adequada a Resolução em nome dos princípios da educação, no sentido *lato*, que foram aqui tão bem defendidos na primeira rodada sobre os programas educativos. Não podemos invocar princípios e na prática, alegremente, desrespeitá-los, temos que ser minimamente coerentes e congruentes com os princípios que defendemos.

A TV Brasil e as rádios da EBC estão hoje privilegiando determinadas religiões e, volto a enfatizar, não é responsabilidade deles. Já encontraram essa situação, mas passará a ser responsabilidade deles e do Conselho, particularmente, se conciliarem com essa situação, com essa situação de privilégios abusivos que vem a décadas se mantendo.

Quero dizer que concordo inteiramente com a sugestão do Conselheiro Murilo, que nós explicitemos na Resolução ou em um anexo de que modo a consulta foi considerada, embora isso não queira dizer que a maioria dos votos, ou melhor, ali não havia votos, a maioria das opiniões prevaleça, porque isso não é um concurso de *big brother*, ou seja, ganha quem tem mais votos, acho que isso pode ser feito em um anexo.

Também achei muito simpática a sugestão do Conselheiro Manoel Seabra a respeito de um Conselho ecumênico, que possa ser criado para opinar a respeito de como esse *pitching* pudesse ser organizado, isso é algo perfeitamente assimilável pela Resolução. O essencial em uma Resolução é a perspectiva de garantir a diversidade no tratamento do fenômeno religioso nos veículos de comunicação pública.

Queremos manter a diversidade, ou melhor, queremos inaugurar a diversidade porque esta não existe e nunca existiu, vamos inaugurar a diversidade.

É com essas referências que entendo que nós devemos aprovar a Resolução, a questão da pluralidade, os princípios da educação no sentido mais *lato sensu* e a questão da diversidade.

São essas as questões centrais que não podemos, o Conselho não pode conciliar com privilégios abusivos, isso seria uma lástima, se tomássemos este caminho.

Compreendo bem os argumentos do custo, compreendo-os bem, mas penso que é uma batalha de comunicação que devemos travar e quanto mais cedo melhor.

Já estamos a seis meses discutindo isso, podemos tomar essa decisão e enfrentar com grande serenidade os questionamentos porque tão logo comece um programa religioso diverso, tenho certeza de que isso vai calar fundo na sociedade brasileira, vai ser uma coisa inovadora, vai ser uma coisa mobilizadora e ninguém vai se sentir excluído, ninguém vai se sentir...

Evidentemente que os atingidos diretamente pela perda de privilégios vão, naturalmente, como é próprio, protestar, trata-se de discutir com eles e trata-se de discutir, sobretudo, com a opinião pública, que não se está eliminando a religião da grade, está se propondo uma alternativa de tratamento da questão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Temos uma questão de encaminhamento aqui.

São doze horas e vinte minutos, nós temos ainda inscritas quatro pessoas que não falaram, mais o Ministro Juca e o Conselheiro Paulo Sérgio que pediram novamente a palavra.

Temos que finalizar, com o encaminhamento aqui, uma votação e temos a audiência pública às catorze horas.

Então, pergunto a vocês, se finalizamos tudo aqui, mesmo que nós nos adiantemos na hora ou fechamos até às treze horas? Fechar tudo, almoçar e seguir para o local da audiência pública, acham suficiente? Porque temos que provavelmente encaminhar isso na votação, pois estão muito divergentes as posições dos Conselheiros.

**O SR. (NÃO IDENTIFICADO)** – Quero fazer uma sugestão, proporia que se limitasse o tempo das próximas intervenções para que todos pudessem ser ouvidos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Pois é, nós não delimitamos desde o início, agora delimitar aqueles quatro que ainda não falaram...

Pediria aos quatro que ainda vão falar que fossem mais breves, não posso delimitar um tempo porque não fiz isso antes, mas ao Franklin, ao João, a Heloísa e a Ana Luiza que fossem mais breves, para que pudéssemos dar o encaminhamento da votação.

Ministro Franklin.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Só um segundo, para esclarecer uma questão.

**CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS** (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – *(Intervenção fora do microfone – inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Penso que é melhor, Tereza, porque depois...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – É só para dizer o seguinte, quem preparou a consulta não foi a EBC, foi o próprio Conselho.

Porque ele disse que houve, parece-me, indução nas respostas da consulta pública, isso é uma coisa que eu preciso esclarecer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Ministro.

**CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS** (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Penso que não devíamos considerar isso aqui uma batalha de vida ou morte. Está claro que há uma enorme divisão dentro do Conselho, o que não quer dizer uma divisão dos que aprovam a Resolução ou que são contrários a Resolução. Há uma insegurança muito grande em como lidar com uma série de questões colocadas aqui.

É evidente que o debate não está maduro. Quero deixar claro o seguinte, se for a voto, vou abster-me pelo seguinte, não quero que se pense que aqui está se prevalecendo a opção do Governo. Para mim é absolutamente irrelevante se isso atinge o Governo ou não.

Quero deixar claro o seguinte, não achei que aqui se levantou essa questão, foi dentro de uma dimensão política, que é um momento especial, e isso gera um problema extraordinário.

Vou me abster, primeiro, porque não quero que se pense que o Governo quer impor algo.

E, segundo, porque eu não vou estar aqui para agüentar o "pau" que nós vamos levar no dia seguinte, isso caberá a tranquilidade dos demais Conselheiros, entende, de quem provavelmente virá me substituir, também.

Penso o seguinte, qual é a dificuldade?

Acredito que, primeiro, estamos fazendo uma relação entre botar um novo programa e retirar os cultos. Isso, para mim, só ficou claro na discussão de hoje.

Penso que deve haver um *pitching* para ter essa dimensão plural, que vão ter, é claro, do ponto de vista cultural, comportamental, religioso, mas no sentido do culto, penso que devemos ter um programa dessa natureza, independente do que vá fazer com os programas atuais.

Se nós achamos que isso é o que estamos oferecendo a mais, acredito que só deveríamos estar tirando os programas quando nós estivéssemos oferecendo um novo programa, do ponto de vista da batalha de comunicação. Porque, senão, por mais que eu explique, o fato concreto é que eu tirei programas e não coloquei nada no ar, mas vou colocar daqui a seis meses. Isso não resolve a batalha da comunicação, você perdeu a batalha da comunicação.

Mas acredito que o problema não é dessa natureza, a questão básica aqui é como oferecer a garantia da diversidade, da pluralidade.

Sinceramente, não sou especialista em religião, já quis ser padre, já quis ser santo, já quis ser uma série de coisas e hoje em dia sou ateu. Estou em outra, quis ser santo, inclusive, não era só ser padre.

A minha mãe sempre dizia o seguinte, eu queria ser santo e militar, acabei comunista, e ela disse, você achou uma coisa que é o meio termo dos dois.

Mas o que quero dizer é que não sou nenhum especialista em religião, na igreja católica eu sei o que é um culto, na igreja evangélica eu sei o que é um culto, podem ser empacotados em mais ou menos trinta, quarenta minutos. Não sei, por exemplo, se no candomblé dá para empacotar em trinta ou quarenta minutos. Se dá é uma coisa, se não dá é outra coisa.

Não sei se no Islã dá para empacotar em trinta ou quarenta minutos, se dá é uma coisa, se não dá...

Eu não sei se um espírita dá para empacotar em trinta ou quarenta minutos, não sei por que não discutimos culto ecumênico, porque se faz culto

ecumênico o tempo todo. Agora, não sei, pode ser que o culto ecumênico dê só para o católico, evangélico, para o judeu, pode ser que não dê para o candomblé, por exemplo.

Agora, será que aqui nós dominamos esse assunto em profundidade para discutir a pluralidade nas suas possibilidades, porque o que eu estou querendo ver é o seguinte, nós vamos ter que tirar isso daqui no dia primeiro de março e o que vamos colocar no lugar.

Penso que se nós queremos, concordo do ponto de vista geral que temos que encontrar uma saída para oferecer garantias para a expressão das principais religiões no Brasil e vamos ser claros, não vão ser cinquenta, são umas cinco ou seis.

Olhando aqui temos católica, evangélica, judaica, candomblé, africana, etc. e tal, espírita e islâmica. É mais ou menos isso, você não tem...

Você pode dizer: "Ah, mas existe o Cristão Maronita". Tudo bem, mas acredito que podemos estudar essa forma, se a nossa Resolução for no sentido de que para ter culto tem que ter pluralidade, não podemos ter cultos de somente uma ou duas religiões, tem que ser com pluralidade. Vamos pesquisar como isso é possível. Montamos uma comissão aqui para pesquisar como isso é possível.

E outra coisa, o programa que vai discutir a diversidade religiosa nas suas diversas dimensões, penso que isso deve ter independente do que vamos fazer com os cultos.

Agora, se for para votação vou me abster. E serei solidário com vocês no dia seguinte.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – João.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Primeiro, parabéns ao Conselheiro Daniel pela argumentação no texto e agora.

Sou favorável a três coisas bem simples.

Primeiro, adiar a suspensão para 2011 e retirar desse documento ou suspender o artigo 1º, que é o artigo que determina que em março já seriam feitas essas alterações.

Segundo, preparar e realizar o *pitching* para soluções alternativas, vai no caminho do que o Ministro Franklin está colocando aqui. No segundo item diz isso: "determinar a realização de um concurso, *pitching* para a produção", todos os outros itens ficariam e poderiam ser implementados, levando em conta que nós teríamos como terceiro ponto que devemos explicitar os motivos porque queremos fazer isso.

Essa explicitação do motivo não está muito visível para nós aqui e para fora. Mas nós já tivemos uma discussão sobre isso, se estivesse visível essa citação seria mais fácil chegarmos ao que queremos chegar.

Nós queremos criar alternativas para, na comunicação social, explicitar a pluralidade e a diversidade religiosa, nós queremos, gradativamente, substituir os privilégios, tudo isso que está sendo colocado por algo que faz parte do *ethos* da empresa brasileira de comunicação, o que a Presidente Maria Tereza Cruvinel vem falando há bastante tempo. A distinção entre o público, o privado e o estatal.

Agora, não podemos deixar de ficar surpresos com o que nós chamamos de tradição e que foi invocado aqui, que o programa atual deveria ficar funcionando a partir da tradição.

Gostaria de listar algumas coisas que compreendo que são tradição no Brasil com respeito à religiosidade.

A violência, a violência invisível. Violência contra mulheres; a violência contra índios; contra homossexuais; contra negros; contra praticantes de todas as outras formas de religião.

Nós fizemos isso no aparato legal, de 1500 (mil e quinhentos) até 1891 (mil oitocentos e noventa e um). Nós usamos as Ordenações Filipinas, Manuelinas, que vieram de Portugal para atacar pessoas, puni-las, violentá-las, e é incrível como isso está na cabeça das mulheres, dos negros, dos pobres, dos oprimidos.

Muitos desses 80% que se manifestaram favorável à manutenção da programação, foi uma resposta induzida. Claro que foi induzida. Por que foi induzida? Porque essa é a rede que opera as religiões cristãs do Brasil, a católica e a evangélica.

Não precisamos ter medo e cuidado com o espaço dessas religiões na TV pública, não. A TV aberta é concessão do Estado brasileiro e foi dada à Record,

aos canais da Igreja Católica. São quase 12 (doze) canais, no total, que se expressam diariamente contra uma religião. Essa concessão pública é usada para combater o Candomblé e a Umbanda. E em nenhum momento, aqui, com exceção de Ana e de Daniel, preocupou-se com as pessoas de Umbanda e do Candomblé. Quantas elas são? Quem são esses tipos de brasileiros?

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Não, eu falei nelas também.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Isso não é verdade.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Quem são esses tipos de brasileiros do ponto de vista de: se elas tiveram, em algum momento, acesso à concessão do Estado para ter uma TV pública; acesso à concessão do Estado para ter uma rádio pública. E mais, e nos momentos em que essas religiões tiveram: quem no Brasil pode dizer que, em algum momento, a Umbanda ou Candomblé atacou as religiões cristãs.

O que estou dizendo é que é lamentável quando uma mulher que é vítima da opressão brutal do machismo brasileiro, do pensamento católico cristão-religioso defende essa manifestação. É lamentável quando uma pessoa negra faz isso. Por quê? Porque significa alienação, significa a assimilação total do opressor.

Essa campanha eleitoral, agora, mostrou claramente como esse pensamento religioso conservador opera nas sub-redes do país, e opera levando em conta várias coisas: homossexuais não têm direitos; a questão do aborto não pode ser discutida; a esquerda é terrorista; o uso de drogas tem que ser punido com batalhões operacionais nos morros; a camisinha é o Papa quem decide; a pedofilia dentro das instituições dessas religiões não pode ser punida.

Há um caso exemplar em Salvador, agora, de um jovem de 12 anos que foi assassinado por dois Bispos da Igreja Evangélica. Os Bispos estão presos, mas eles recorreram ao Supremo Tribunal Federal, agora, para pedir *habeas corpus*, invocando essa paixão religiosa. Um jovem de 12 anos. Um adolescente foi morto por dois Bispos da Igreja Evangélica em um caso clássico de pedofilia. Negou-se a ser usado e foi incendiado. Isso foi até ao Supremo Tribunal Federal.

Então, o que estamos vendo aqui é o seguinte: nós temos medo do custo brasileiro para banir a opressão, vamos adiar para 2011. Nós temos medo do impacto disso para o Governo de uma mulher eleita com o clamor brasileiro, de não deixar que os privilégios da elite funcionassem, vamos adiar para 2011. Mas nós

vamos adiar, também dando logo o remédio, o curativo, a alternativa, que é, na realidade, produzir um programa multirreligioso, com diversidades.

O Ministro Franklin falou aqui das expressões macro da religiosidade brasileira. É, realmente, o Judaísmo; é, realmente, o Islamismo; são, realmente, as religiões cristãs, nesse caso, a Igreja Católica e seus derivados e, são, realmente, o Candomblé e a Umbanda, e as religiões de matrizes indígenas. Daí em diante podemos agregar algumas mais. "Ah! tem o candomblé sudanês, tem o candomblé angolano", eu não posso, aqui, chegar e dizer: "Olha, cada um dos segmentos desse Candomblé constitui-se em uma nova expressão religiosa". Se você falar para uma Ialorixá da Nação Ketu, ela vai dizer: "eu não tenho nada a ver com a *Nkisi* da Nação de Angola". Estou dando exemplo para vocês. Isso significaria que nós podemos fazer um programa alternativo para 2011 que, colocado no ar, produzido, vai fazer valer essa preocupação da Presidente Tereza com diversidade e pluralidade.

O Brasil leva muito tempo para entender que a opressão é um mal, e, normalmente, quando alguém diz isso, professa isso, diz-se: "Olha, você quer dividir o Brasil".

Eu sou do movimento negro. Há mais de trinta e oito anos ouço dizer que nós estávamos dividindo o Brasil; as mulheres estão dividindo o Brasil; os sindicalistas estão dividindo o Brasil; os homossexuais estão dividindo o Brasil. Não é? Então, nós precisamos fazer com que o Brasil seja de todos. E ser de todos significa realmente lições duras.

É claro que nós temos de ter uma preocupação com o momento político, com a posse de uma nova Presidente, que enfrentará justamente esses tipos de preconceitos. Esses preconceitos que nós estamos tentando superar aqui serão também direcionados à Presidente da República, só que, por exemplo, eu não estou aqui para ter cuidados com o que vai acontecer com a Presidente da República.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Nem eu. Não é isso, é o contrário. Pelo amor de Deus, vamos falar... Porque sofisma tempo todo. Ninguém falou isso.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Eu ouvi vocês falarem.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Isso é sofisma. O senhor está sofismando.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Posso terminar? Ou a Presidente quer impedir que eu termine? Porque você pode impedir. Pode fazer um gesto autoritário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Não João, por favor, finalize. Finalize.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Mas agride a verdade, Ministro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Tereza, por favor. João, por favor, está garantida sua palavra.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Eu não estou aqui para impedir que haja algo que atinja ou ao Governo Federal ou à nova Presidente. Eu estou aqui em uma função muito simples. Eu estou aqui para não deixar repetir o que acontecia toda vez que eu via minha mãe bater o seu terreiro de candomblé, na boca do rio, tinha que ir à Delegacia de Jogos e Costumes pedir autorização a um policial. Isso só acabou a partir de 1978.

Eu estou aqui para não permitir que se ligue a televisão pela manhã, veja a missa na Globo e logo a seguir veja na TV pública, e que nas entrelinhas, ali, do que eu chamo de racismo invisível, esteja lá: a religião do demônio, a religião que faz isso e aquilo e aquilo outro. Eu estou aqui para, de alguma forma, lutar por um segmento da religiosidade brasileira que, normalmente, é tratado de forma inferior, é tratado de forma descartável e não é visto como parte da civilização humana.

Lamentavelmente, eu estou propondo aqui que essa decisão seja adiada para 2011. Vai contra uma série de princípios que tenho e estou colocando aqui, mas entendo o momento e tenho que ser um diplomata. Aqui não posso ser só um guerreiro, um filho do Ogum ou um filho de Xangô, da religião mais antiga da humanidade, que nasceu em Ancié, que alguns de vocês aqui acreditam em religião. Mas eu recuo estrategicamente para que nós, com outro programa, com outro concurso, realmente, possamos dar um passo mais adiante.

Da outra vez eu falei aqui que é constrangedor estar no Brasil de 2010 e ver as pessoas com medo de enfrentar algo que é extremamente excludente. É extremamente constrangedor. Ao mesmo tempo em que eu tenho a

alegria de saber que ainda temos muito que lutar para isso. Não basta apenas ganhar uma eleição, temos que mudar um país inteiro. Isso passa por civilização.

O programa de diversidade religiosa e pluralidade religiosa pode ser algo espetacular. A Globo já está praticando isso. Talvez por ser uma TV privada, tem um "saque" de que não se pode mais só manter a missa. Então, sempre aparece lá alguém falando de uma religiosidade, de outra religiosidade, e a TV pública, que a EBC está produzindo, pode ser também ágil, rápida, não precisa ser burocrática, não precisa estar presa à imersão do passado, pode vir para o futuro, e essa decisão de hoje tem a ver com isso.

Nós não vamos fazer em março de 2011, mas devemos fazer em algum momento, e se não quisermos fazer, não tem problema, as ruas vão continuar lutando para que aqueles que não são expressos pela religião oficial, que foi do Estado brasileiro até pouco tempo, possam também, de alguma forma, dizer: "Olha, nós existimos. Nós não queremos mais ser atacados. Nós não queremos ser só mais perseguidos, ou pela polícia, ou agora pelos meios de comunicação".

Essa é uma batalha muito legal. Fico feliz de estar aqui hoje ouvindo isso. Ontem, todos receberam o documento, mas será que nós ainda teremos dúvidas se precisamos banir isso ou não?

E eu sempre me reporto a uma data importante da cultura brasileira, o 13 de maio. No 13 de maio, muitos brasileiros tinham dúvidas se o país acabaria no dia 14. O país não acabou. O país continuou, desenvolveu-se, e chegou onde está. Acabou para minha comunidade. Acabou para meus antepassados. O país naufragou para os africanos, para os descendentes de escravos.

Ainda hoje, em 2010, lutamos por algumas coisas que nos foram tiradas em um dia. Aquele dia parecia que era legal. "Olha, aboliu a escravidão, libertou para os senhores de escravos", mas não foi feito nada para nós e, religiosamente, continua até hoje. Quer dizer, nós não éramos mais religião do Estado, não éramos respeitados, não podíamos praticar religiões. Tínhamos a polícia em nosso encalço. Agora em 2010 nós temos os canais de comunicação em nosso encalço.

Estamos dizendo na TV pública que queremos pluralidade, que é parte do discurso atual do Brasil, e que espero que o Brasil atual, além de dizer que quer isso, também incorpore as nossas reivindicações, os nossos anseios, e é nossa briga por democracia. Parece algo do céu, do ar, mas é algo que, realmente, se realiza no dia a dia. Constrói-se. Edifica-se.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Tenho uma questão de ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Pois não.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Eu penso que algumas intervenções, como por exemplo, a do meu amigo João Jorge, descumpriram um critério básico que é o respeito mútuo.

Se nós demonizamos a argumentação contrária, os que argumentam contrariamente a nós, estamos repetindo o princípio do qual nos dizemos vítimas, historicamente, inclusive. Você não pode demonizar.

Ninguém aqui argumentou a consideração de que o prejuízo seria maior do que o benefício; foi em relação ao Governo, que foi dito explicitamente por mim e como gerou uma confusão, Tereza Cruvinel retomou, inclusive citando-me, dizendo: "não sou porta voz, mas...", então você não pode dizer que ela, nem eu tenhamos dito isso. Quer dizer, é fácil você demonizar os outros, encapsular a argumentação contrária à nossa num campo demonial, para se apresentar como herói de um processo. Ninguém está com medo disso.

Então, eu queria tempo para argumentar. Eu abri mão, na ordem, achando que a discussão estava indo, mas, de repente, estou sendo agredido aqui. A argumentação de João é uma agressão. É uma agressão. Isso não deveria caber dentro do Conselho. Em um Conselho diverso, o princípio básico é respeitar o outro. Respeitar começa em considerar o que o outro disse e não inventar que o outro disse outra coisa para poder facilitar a exclusão da consideração de uma argumentação.

João, desculpe-me, eu conheço isso há muito tempo, é um princípio antidemocrático o que você fez, e, de alguma maneira, já estava contido também na fala de Daniel, porque forçou um pouco a barra para poder facilitar a argumentação.

Quero recuperar a minha ordem na fala, porque está difícil esperar uma fala que não considerou o momento para o qual me inscrevi, porque a coisa ia bem, mas, de repente, houve um desequilíbrio por uma falta de respeito absoluto, com um argumento que não concordo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Agora estou em uma situação aqui, vamos ser se conseguimos...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Foi uma inversão total da verdade, isso que houve aqui.

**O SR. (NÃO IDENTIFICADO)** – Todos podem se expressar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Nós marcamos uma audiência pública e temos um dever com a sociedade, e as pessoas que se inscreveram estão nos aguardando às catorze horas.

Esse debate, pelo jeito, ainda vai continuar por mais tempo; não é agora que nós vamos esgotar todas as argumentações, pelo que estou vendo, mas há duas pessoas inscritas aqui que ainda não tiveram oportunidade de falar, e que eu gostaria de passar-lhes a palavra.

São a Heloisa e a conselheira Ana Luísa e depois retomaremos aqueles dois que estão inscritos e que passamos para trás, porque os outros tinham que falar.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – (Início da intervenção fora do microfone – inaudível) ...quem não falou, tem todo direito de falar na frente, eu concedi, mas, evidentemente, eu tenho que ter o direito, porque estou sendo vilipendiado.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Não. Não é exato, há um exagero. Escute aqui...

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Já virei um monstro aqui, a minha argumentação é uma argumentação de mostro.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Eu não usei, em momento nenhum, acusação a ninguém.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Essa reunião está sendo gravada, não está?

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – E não vou admitir, também, que eu seja acusado aqui de estar agredindo ninguém, falei do geral. Falei do geral do que eu ouvi, do que anotei aqui em duas páginas, cada item que achei interessante para depois falar, sem agredir ninguém. Não tenho hábito nem o costume de agredir ninguém.

Desculpem-me.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiro Daniel, Conselheiro João...

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Quem tem que dizer se foi agredido ou não, é o outro, João.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – E depois eu posso dar um esclarecimento se foi isso ou não.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Nós temos a conselheira Heloisa e a conselheira Ana Luísa para falar, e depois nós vamos voltar a essa argumentação.

Daniel, por favor.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Eu queria explicitar aqui uma coisa: essa reunião está sendo gravada. O Ministro Juca não falou, realmente, no Governo, não creio ter lembrado que o João se referiu a ele.

Mas houve duas intervenções, pelo menos, a não ser que minha desmemoria esteja gravíssima, e que levantaram esse assunto de que o Governo poderia, o novo Governo... Essa coisa foi levantada aqui, ou eu ouvi pirilampos? Não é possível. Eu ouvi isso. Não foi dito pelo Ministro Juca.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Conselheiro Daniel, eu contestei essa interpretação mencionada pelo conselheiro Paulo Sérgio. Ele disse: "É, temos uma nova Presidente, realmente não queremos prejudicá-la", e eu disse: "Não se trata disso".

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Isso foi mencionado por dois conselheiros, pelo menos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiros, por favor. A conselheira Heloisa...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Mas o senhor interpretou errado. O senhor disse que nós estamos defendendo o adiamento para não prejudicar a Presidente.

**CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES** – Mas foi falado isso aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiros, por favor.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Por quem? Então aponte.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheira Heloisa, por favor. Vou passar-lhe a palavra. A senhora tem o direito agora de se manifestar.

Calma. Todos com calma.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING** – Eu penso que...

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Minas é o caminho do meio.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING** – Minas é o caminho do meio, então eu vou tentar fazer o caminho do meio, rapidamente.

Entendo que está muito bem colocada a questão política, quer dizer, na verdade, nós podemos adiar para daqui a seis meses, ou para daqui a um ano, o problema continua o mesmo.

O que nós estamos enfrentando é um movimento conservador, que se manifesta, que está forte, nesse momento, talvez, na sociedade brasileira, mais forte do que já esteve, ou está tentando se fortalecer, e vai se utilizar de todas as possibilidades que tiver para poder fazer isso.

Quando o Ministro Juca enfrentou, uma das coisas que mais me leva a admirá-lo, a questão do direito autoral. Eu não sabia, Ministro, quão forte eram o movimento e o pensamento conservador no meio artístico brasileiro. Mas eu sabia, Ministro Franklin, quando o senhor enfrentou a questão do marco regulatório, nós sabíamos que o pensamento conservador estava ali. Então, na verdade, a questão é essa. Nós estamos enfrentando a direita, nos vamos enfrentar as várias formas, as direitas, como diria o Daniel, as várias formas de direita.

Penso que dois caminhos, e aí, eu creio, Ministro, que viver é mesmo muito perigoso, então, nós vamos apanhar muito, porque é uma questão política, é

uma questão de disputa de campo político, e é uma questão de princípio, então, meu ponto, em apoio ao parecer, está ligado à questão do princípio republicano, e está ligado à questão de que eu quero, acho que é importante, enfrentar a direita.

Penso que duas soluções, propostas aqui, são muito boas. A solução de nós agirmos no momento em que tivermos o que colocar no lugar, é fundamental em termos de estratégia. Se nós conseguíssemos tirar aqui uma decisão no sentido de encaminhar os programas alternativos para que daqui a dois meses, três meses, na hora que esse negócio estiver pronto, não sei o tempo que demora, nós pudermos substituir um pelo outro, a sugestão do Ministro Franklin, parece-me que, estrategicamente, ela é boa, se nós estamos de acordo com relação aos princípios, e se nós estamos de acordo com relação ao fato de que a disputa política é essa mesma, portanto, ela vai se travar, qual é a estratégia que nós vamos usar.

Eu sugeriria como encaminhamento, quer dizer, que nós pudéssemos caminhar na direção de garantir, o que a nossa Presidente Tereza disse, a questão da pluralidade religiosa, mas tendo o programa como o Ministro Franklin apresentou.

Penso que a outra coisa que ele disse, que também me parece muito importante, é a questão da batalha do convencimento. De fato, talvez, essa tenha sido a maior, olhando de fora, dificuldade que o Ministro Vanuque enfrentou no plano. Ele não foi capaz, a equipe dele não foi capaz, não sei o que aconteceu ali, de travar, bem travada, a batalha do convencimento. Quando ele assustou já havia perdido, um plano sensacional, muito bom, pactado...

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Porque não é uma batalha do curto prazo.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING** – Não é uma batalha do curto prazo. Exatamente.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – É isso que estou tentando dizer.

**CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING** – Era um plano bom, muito bom, e ele perdeu.

Penso que se nós tivermos, se nós usarmos uma estratégia de ter a solução alternativa, de ter uma escuta na comissão que o Conselheiro Seabra, então, estou tentando juntar aquilo que o Conselheiro Seabra propôs, a construção

dos programas alternativos, e aí fazemos, como dizia o Maquiavel, o mal uma vez só, e podemos então apresentar uma conclusão plural, que nos permita intervir de uma vez só na programação.

Exatamente. Eu estou só encaminhando.

Eu concordo com a Resolução inteira, estou só encaminhando, no meio do campo. Estou sendo mineira. Porque, vejamos, nós viemos, no mês do Natal, a Minas Gerais, discutir os programas. Alguns setores de direita diriam que é quase uma provocação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheira Ana.

**CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO** (Vice-Presidente) – A essas alturas a minha intervenção já está mais do que extemporânea, mas eu gostaria de deixar registrada minha posição.

A minha tendência é votar com o Relator, mas eu considero importantíssimo o que o Conselheiro Murilo levantou, a questão da consulta pública. Já ouvi aqui também que aquilo foi dirigido, que as respostas foram encomendadas. Eu penso que não podemos trabalhar nesse sentido.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Reitero, repito e gostaria que a senhora anotasse que a EBC não conduziu a consulta e sim o Conselho.

**CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO** (Vice-Presidente) – Eu não falei isso. Eu não falei isso, Presidente.

Aliás, pergunto-me se a consulta, se a pergunta foi bem formulada, tudo isso, mas penso que não podemos desconsiderar uma consulta pública. Não é quantitativo, mas tem que se levado em consideração, ou então fazer um anexo, alguma argumentação.

Exato. É só para deixar clara a minha posição.

Obrigada.

**CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO** – Eu penso que o Daniel deveria cuidar melhor dos que apóiam a sua Resolução, porque creio que não é uma boa técnica, em Francês se diz: "Não é uma boa técnica fazer processo de intenção ao que as pessoas falam".

Eu penso que cada um tem o direito de falar o que quiser, e eu falei mesmo. Falei porque conheço a má-fé do catolicismo romano e sei como eles se mobilizam contra o PNDH3, o qual eu defendi, veja a que ponto cheguei, agora sou braço do poder. Eu defendi intensamente o PNDH3. Creio que o Paulo Vanuque não perdeu. Então, sabendo da má-fé do catolicismo romano, eu não posso achar que vai ser fácil isso na conjuntura do menino Jesus, nascendo daqui a alguns dias. Vai ser um horror. Então, as duas coisas, eu disse mesmo. E não sei por que não posso dizer isso. Uma nova administração vai ser inaugurada e eu creio que não é adequado que a má-fé dessas religiões se utilize dessa questão, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, eu também penso que em termos da EBC, que só tem levado pau, realmente, é ser masoquista não achar o *timing* adequado para fazer isso. Foi isso que eu disse e continuo pensando.

Eu acredito que no decorrer do debate surgiram ideias positivas. A questão do interconselho religioso, a questão do *timing* e, a terceira coisa, de se colocar um programa, só fazer isso quando houver alguma coisa para colocar. Agora, para fazer isso na véspera do Natal, eu julgo, absolutamente, masoquista, e eu não aprovarei isso.

Não é porque eu seja braço do poder – vou colocar em meu currículo isto: sou braço do poder de Brasília, atualmente.

Virei isso.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Quem falou que você é?

**CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO** – Alguém falou de braço do poder. Creio que ele não estava olhando para mim.

Então é isso. Acho que há um problema. Eu penso que, tendo vivido intensamente e participado na elaboração e na defesa do PNDH3, sou "gato escaldado" para dizer o que eu disse.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Eu faço questão do seguinte. Eu vou falar editado. Se for para registrar em Ata, eu quero que registre o que vou dizer aqui agora, porque eu vou falar editado.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Fale por mim também.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Depois você diz se concorda ou não, porque você não sabe o que vou dizer.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Para poupar as inscrições.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Primeiro, eu quero dizer que me incomoda profundamente que, ao argumentar, simplifiquemos e demonizemos a argumentação contrária, seja em que ambiente for, principalmente em um ambiente plural como este, em que temos que nos compreender, e para compreender temos que respeitar a estrutura argumentativa e a lógica do outro. Quando nós reduzimos, é como pegar um pé nº 42 e querer calçá-lo em um sapato nº 36; evidentemente o dono do pé fica incomodado. Quem tem que dizer que está incomodado é o outro, João. É quem sentiu que foi reduzido, foi demonizado.

Então, é importante nós termos generosidade com o outro, porque é simples, na argumentação você demoniza, empurra a pessoa para um campo demonial, e aí você reina absoluto no plano do bem e da argumentação correta, do que tem lucidez, etc.

Isso é uma simplificação, reflete a falta de cultura democrática do povo brasileiro. Nós estamos aprendendo a ser democráticos. O primeiro esforço democrático é compreender o outro.

Eu quase concordei com tudo que o Paulo Sérgio falou da primeira vez. Só duas frases me incomodaram, mas eu entendi o que ele quis dizer, e queria dizer mais, eu concordo com toda a parte aqui de considerandos. Eu disse isso da primeira vez, então vocês não podem me empurrar para outro território, os considerandos eu disse: se valesse apenas uma estrutura racional, estaria perfeito, mas não é. Há uma complexidade ao se tratar de religião. Mesmo quem vive dentro da Universidade – estou devolvendo um pouco a agressividade argumentativa – tem que compreender que, ao colocar-se o pé lá fora, você lida com a complexidade social, que é construída de campos racionais e irracionais; de campos conscientes e inconscientes; de campos profundos, atávicos, principalmente esse campo da religião que bole com profundidades abissais e não podemos tratar assim como se estivéssemos discutindo com o padeiro da esquina, ele é Vasco, você é Fluminense, sobre a qualidade dos dois times.

Existe profundidade nessa discussão quando entramos no campo da religião e tem que haver respeito, porque a maioria do povo brasileiro é religioso. Divide-se em várias religiões, mas a maioria do povo é religioso, e a estrutura racional não dá conta. Tanto é que há um ato falho, aqui, e eu argumentei na primeira reunião de que não bastavam programas sobre a questão religiosa, mas também tinha que ser o exercício da religião, a prática religiosa como é uma missa, que não é o momento de proselitismo, e aqui só se abriu espaço para programa sobre o fenômeno da religião.

Nesse caso, olhar de fora, é a visão do agnóstico, do materialista, do sociólogo, do antropólogo, do pensamento científico, da razão, do Iluminismo, mas, na verdade para se falar de religião, se você quiser de fato trabalhar uma TV pública, você tem que abrir a possibilidade do discurso religioso, do discurso mágico, da visão mística de o mundo se expressar. Senão você está cerceando uma dimensão cultural do povo brasileiro, que é essencial. Então, não basta isso que está na Resolução.

A missa não é o momento de proselitismo, eles não estão convencendo ninguém. Às oito horas da manhã, ali, estão os velhinhos, as velhinhas, e um ou outro jovem que professa a religião católica e que quer ter o contato com o andar de cima e, até aí morreu o Neves, parece-me que não é uma coisa absolutamente agressiva, nem faz parte dessa estrutura complexa que foi descrita aqui de descriminação do outro. Nesse momento não se está discriminando ninguém, vai quem quer. Igual a trio elétrico. Missa é igual a trio elétrico, vai quem quer. Você entra em uma missa, ajoelha, reza e tenta entrar em contato com Deus e pronto. Se não entrou, paciência. Não há uma restrição, já houve, na época da escravidão, negro não podia entrar na Igreja, mas hoje não há nenhuma.

Creio que há uma simplificação aqui. Eu, em nenhum momento, pensei no Governo. Basta a Dilma fazer o que fez agora com o Irã e dizer: "Não concordo com isso". E pronto, ela está livre. Não é isso.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Nós é que vamos levar pancada.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Nós estamos afirmando o território público da área das televisões, não é TV estatal, é TV pública.

Na TV pública o Estado tem a responsabilidade de garantir a natureza pública, e se ela é pública ela não reflete o Estado e as posições do Estado, mas, sim, reflete a posição da sociedade. Ela tem que buscar a sociedade. Ela tem que buscar interação com a sociedade e de, alguma maneira, ser aberta para a complexidade da sociedade, não só no sentido linear e horizontal de ter todo mundo, todas as religiões, mas também no sentido profundo de admitir que, nesse campo místico, religioso, mágico, essa visão de mundo, que não é racional, ela tenha lugar na televisão.

É importante ter isso, senão não poderemos ter TV pública. Vai fazer TV de sociologia, TV de antropologia, TV da Universidade, TV do Estado, do movimento negro, do que quiser.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – TV de alguns.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Isso. Então, a primeira coisa que eu quero dizer é isso, não pensei no Governo; pensei no sucesso, porque é complexo construir TV pública, não é fácil.

Até hoje me incomoda que o jornalismo ainda mimetize as perguntas e abordagens da TV comercial, porque não conseguiu criar um campo específico da abordagem da notícia a partir do...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – É porque não tem quadro. Alguma coisa de quadro, da cabeça deles.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Eu sei. É isso, mas de qualquer jeito não conseguimos ainda. Esse aqui é outro momento de discutir a dimensão pública. Queria ir mais longe um pouco.

Isso é matéria-prima do meu dia a dia. Diversidade cultural não é uma coleção exótica de diferentes manifestações, religiosas, culturais, etc. Não é a soma aritmética que dá a noção de diversidade cultural. Diversidade cultural são sistemas de cosmovisões, de interpretações do mundo, de sistemas simbólicos, que se articulam em uma sociedade, até certo ponto, mantendo seu território e, até certo ponto, amalgamando com as demais visões de mundo com os quais ela convive, que se confrontam, disputando o dia a dia, não só do espaço público, como também da subjetividade das pessoas. Isso é diversidade. Diversidade não é uma coleção.

Então, por exemplo, budistas, não sei o quê. Claro, tem que ter espaço aberto. A sociedade brasileira tem que ser aberta. Mas tem uma estrutura, aqui, que, independentemente da visão crítica que tenhamos da formação histórica brasileira, o catolicismo tem uma importância diferenciada do budismo, disso, daquilo e daquilo outro.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Assim como a afrodescendência.

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – É isso. Deixe-me chegar elegantemente a esse momento.

O que quero dizer é que nós não podemos ignorar que esse é um país católico, majoritariamente católico, vamos dizer claramente, majoritariamente católico, e não é só para mascarar a hegemonia do catolicismo, não. É um país majoritariamente católico.

Com isso, estou querendo legitimar? Absolutamente. Eu não tenho nada a ver com isso. Por mim as pessoas não perderiam tempo tentando ter contato com o andar de cima, porque se Deus existe, e Ele é bom, basta sermos bom aqui que Ele deve ser generoso o suficiente para perdoar até os que não acreditam Nele, mas são bons. Para mim a lógica básica é essa. Não vou além disso. Então, basta ser bom. Esqueça esse negócio de ficar perdendo tempo.

**CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS** (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Essa é a minha esperança. (Risos.)

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Isso. Desculpem-me a referência pessoal, mas meu pai, faltando dois dias para morrer, me chamou e disse: "Meu filho, estou morrendo". Eu disse: "Meu pai, o que é isso?" E ele disse: "Não discuta, porque quem está morrendo sabe, e não dá mais tempo de acreditar em Deus".

Então eu venho dessa tradição. Tive formação católica, mas tenho uma autonomia de voo própria. Se um dia eu conversar com o andar de cima, não quero intermediários.

Estou falando a partir desse ponto de vista, que não é ponto de vista que você tentou me encurralar, de estar defendendo supremacias de uma religião sobre as demais. Pelo contrário, se tenho simpatias, são com algumas das religiões

orientais e com o candomblé. Compreendo que a complexidade da visão de mundo do Candomblé é muito mais generosa do que a visão simplória do Catolicismo e de toda essa tradição judaico-cristã.

Estou falando aqui, não gosto de dizer isso, de outro ponto de vista absolutamente diferente do que você tentou me encurralar.

O que quero dizer é o seguinte: é católico, tem uma parcela considerável da população brasileira que funciona, principalmente, a partir das religiões afrodescendentes; os protestantes hoje são em torno de 20% (vinte por cento) da sociedade, também terão que ser considerados, e penso que todos têm que ser considerados, até os agnósticos e os ateus. A sociedade vive dessa complexidade, e é isso que é democracia. Agora, sem subestimar que existem diferenças numéricas e que marcam a formação do povo brasileiro por uma série de fatores.

O que me diferencia da Resolução? Nos considerandos, eu quis acrescentar outro território que não está considerado aqui, por aqui é puramente racional. São uma peça Iluminista, esses considerandos.

Ótimo, acho uma maravilha. Eu me considero um neoiluminista, mas, de qualquer jeito, um ateu que viu milagres como eu tem que acrescentar mais alguma coisa na minha visão de mundo, como diz Caetano Veloso em sua música.

Tentei, aqui, levantar, nos considerandos, que existe um outro território que não é racional e precisa ser respeitado, senão nós vamos perder todas. O movimento negro e o movimento ambientalista, frequentemente, acreditando que estão imbuídos da verdade, com letra maiúscula, saem em uma linha reta sem considerar as conjunturas e os elementos que eles terão que enfrentar. Os ambientalistas frequentemente cometem esse erro e batem com a cabeça na parede, porque não percebem que a subjetividade da sociedade é comprometida com isso que está aí fora. Isso que está aí fora não é só feito de poderes e estruturas abstratas, não. Está introjetado em cada cidadão de maneira diferenciada, e é preciso desarticular isso, mas aí é que entra o campo da política, da necessidade de gerar processo que nos façam majoritários e compreensivos para a maioria das pessoas.

Eu penso que acabar a missa agora vai ser um desastre político para a TV Brasil e vai facilitar o contrário do que queremos, consolidar uma hegemonia absolutamente tradicionalista em relação a essas hierarquias.

Falei pouco no início esperando ver caminhos intermediários. Algumas pessoas levantaram aqui, levantaram. Em primeiro lugar, em vez de acabar, que é ruim, por que não se cria um território de trazer, nesse caso, isola-se o hegemonista e já começa a exercitar uma complexidade, porque não criar formas de trazer as outras significativas que congregam milhões de pessoas para se expressarem também dentro do campo da TV pública.

**A SRA MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Um aparte de um segundo.

Por que não exigir que a diretoria, à diretoria que compete executar, apresente a proposta de diversidade, de diversificação da programação religiosa?

**CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA** (Ministro de Estado da Cultura) – Diversidade não é eliminar, diversidade é considerar o que não está sendo considerado.

Não podem dizer que estou falando no abstrato, porque o primeiro item aqui, que é art. 1

1º, dispõe: "Determinar a suspensão de todos os atuais programas; depois vem: *pitching* para produção de programa sobre o fenômeno da religiosidade".

Algumas religiões são proselitistas, são evangelizadoras, outras não, muitas não quererão falar sobre, não tem essa determinação de ganhar a cabeça das pessoas, como os neopentecostais que levam isso ao extremo absurdo, gritando em todo e qualquer ambiente para poder convencer a todos de que o Deus e a religião deles são melhores do que a dos outros.

Acho que deveríamos buscar um caminho que em vez de eliminar, acrescente. Que começássemos exercitar a diversidade a partir do ponto que está colocado. Se tentarmos eliminar, creio que se caracterizará um erro político e vamos pagar um preço alto.

E aí nesse caso, vou pedir, encerrando, que registre minha posição, e peço que traduzam o mais próximo possível do que falei, aqui, porque acredito que será um desastre, tenho certeza que será um desastre.

Não é o medo generalizado, não, porque eu tenho demonstrado em minha trajetória, há muito tempo, que se tem que ir à beira de um abismo, eu vou; mas eu quero ir à beira do abismo, não para cair no abismo, mas para voltar mais forte.

Eu penso que nesse momento, essa é uma estratégia errada. Eliminar a missa vai possibilitar uma articulação política de profundidade e, agora, dizendo, vai chegar até ao Governo, já que vocês levantaram a questão. O Governo vai ser responsabilizado, mas creio que nós é que somos responsáveis e vamos, em última instância, responder por um problema que vai ser criado.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Para o Governo não pega nada, vai pegar é em nós.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiro Paulo, o senhor já se manifestou não é? Era o último a se manifestar para darmos o encaminhamento.

**CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO** – Penso que houve três contribuições positivas, somadas a algumas reflexões do Ministro, que talvez pudessem tornar mais aceitável a Resolução.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Nós temos aqui um documento em que em um primeiro momento ele faz os considerandos.

Em um segundo momento é a Resolução em si, e esse primeiro documento, em seu primeiro parágrafo, ele determina a suspensão de todos os atuais programas de cunho religioso; e isso, nessa audiência, nesse fórum, não foi unânime.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – A partir de 1º de março.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Sim, a partir de 1º de março, mas houve posições aqui de que não haveria, agora, a determinação da suspensão e nem colocando datas, pelo que entendi.

**CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS** (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Proponho que focássemos para a próxima reunião e voltasse a discussão. Quem quiser traz nova consideração. É evidente que não está maduro. Não é que está dividido, não, são várias as posições, não são duas posições.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Eu ia colocar proposta de que nós possamos, diante de toda essa discussão, manifestações, algumas proposições, que nós fizéssemos...

A primeira reunião do ano, ela é voltada para a avaliação e aprovação do plano de trabalho, a nossa proposta seria para o início de fevereiro.

A segunda reunião seria em março, quando, talvez, tivéssemos, então, essa maturidade para tomar a resolução, porque para que nós tomemos resolução hoje, ou mantemos essa e votamos ou reformulamos à luz do que foi discutido. Nós não vamos ter tempo, infelizmente, para isso.

São 13 horas e 7 minutos e a audiência pública começa às 14 horas. Não há tempo para elaborar, ou reelaborar a Resolução.

Então, se vocês todos concordarem, nós voltamos para esse tema na segunda reunião, que será no mês de março. O primeiro, eu gostaria de fechar como vocês na semana de 14 a 18 ou na de 21 a 25, para a avaliação do plano de trabalho, pedindo à Diretoria da EBC que nos apresente 30 dias antes, ou o contrário.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Uma questão de ordem, já que está em regime de discussão e votação.

Eu proponho que não seja votado esse documento hoje. Mais um detalhe, quando o Ministro Juca terminou, respingará no Governo, sim, e não nos esqueçamos que o nosso Governo foi eleito em eleições livres, diretas, com cinquenta e quatro milhões de votos de brasileiros. Ele tem a ver com isso, sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Temos consenso de que não vamos, não podemos, não devemos votar hoje essa Resolução? Há consenso? Há consenso, Daniel?

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – *(Início da intervenção fora do microfone – inaudível)* ...proponho que a Câmara reconsidere a Resolução e faça os ajustes que considerar pertinentes e traga-a para discussão e votação na próxima reunião, na primeira do ano, com tempo limitado, bem controlado.

Minha proposta é a seguinte: A Câmara reconsidera a Resolução; reformula o que ela considerar que seja reformulável em função das várias intervenções e propostas que houve aqui; faça circular pelo Conselho com 15 dias de antecedência da próxima reunião, para que a discussão chegue aqui e

discutamos com tempo limitado, para não prejudicar a discussão do plano de trabalho; e vota-se, porque o Conselho tem que assumir que não, necessariamente, essa história de consenso, é uma tradição católica, a democracia tem maioria e minoria. Votamos e ganha quem tem mais voto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Eu proponho que seja uma reunião de um dia inteiro. Uma reunião de um dia inteiro.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Pode ser. Em uma democracia, nem sempre, o melhor ganha. Quem ganha é quem tem mais votos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Pode ser dia 22 de fevereiro?

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Fevereiro? Não temos que aprovar o calendário da reunião?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Nós vamos primeiro aprovar fevereiro, depois com calma aprovamos o calendário do ano.

A proposta é de que seja na semana de 14 a 18 de fevereiro, ou na semana de 21 a 25 de fevereiro.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Não vai chocar com o carnaval? Carnaval será quando?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – O carnaval será em março.

Dia 15, que é uma terça-feira, mantendo a reunião na terça-feira, ou 22.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Dia 15 está ótimo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Dia 15?

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Dia 15 de fevereiro?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Dia 15 de fevereiro? A próxima reunião... Tereza consegue mandar o plano de trabalho um mês antes?

**A SA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – A reunião está marcada para quando?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Dia 15 de fevereiro.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Então, até 15 de janeiro?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Até 15 de janeiro seria o plano.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Nós até gostaríamos de entregar este ano, mas estamos com tanto trabalho, mas até 15 de janeiro, sem falta.

**O SR. (NÃO IDENTIFICADO)** – Onde será a reunião?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Brasília. Brasília, dia 15 de fevereiro, o dia inteiro, porque esse tema, com certeza, vai levar mais tempo.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – E mandamos até 1º de fevereiro a Resolução reformulada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Isso.

Reunião de um dia inteiro, em Brasília.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Eu, pessoalmente, considero assimilável essa tua proposta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – É, considerando a proposta.

**CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO** – Considero a sua também. Vamos tentar colocar tudo que considerarmos.

**O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES** (Secretário Executivo) – O almoço será servido aqui em cima.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada. Vocês estão dando muito trabalho.

**O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES** (Secretário Executivo) – Senhores, os Conselheiros que tiverem *check-in* marcados para hoje, aliás, *check-out*, precisam fazê-lo, deixar as malas na recepção agora, antes do almoço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Está encerrada a reunião.